

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS  
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Leonardo da Silveira de Souza

**O MOVIMENTO AMBIENTALISTA GAÚCHO COMO PRÁTICA FORMADORA  
DE CIDADANIA**

**Porto Alegre**  
**Novembro de 2018**

**Leonardo da Silveira de Souza**

**O MOVIMENTO AMBIENTALISTA GAÚCHO COMO PRÁTICA FORMADORA  
DE CIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Lorena Cândido Fleury

**Porto Alegre**  
**Novembro de 2018**

## AGRADECIMENTOS

À minha família por todo o companheirismo e confiança ao longo destes anos. À minha mãe pela mulher batalhadora que é, por ser a minha maior companheira e sempre apoiar as minhas decisões. Ao meu pai por todo o apoio, mesmo que nos bastidores, uma ajuda sem a qual eu não teria tido diversas oportunidades e experiências que vivenciei desde que “saí de casa”. À minha irmã pela amizade e conversas nos finais de semana, bem como pelo sentimento de aporte que me passa.

Aos meus amigos por serem pessoas incríveis e me contemplarem com ideais para um mundo melhor. Em especial à Jhulia por estar comigo desde a minha infância. Crescemos e amadurecemos juntos e isso é algo que levarei sempre comigo. À Luíza/Dudi por ser tão forte e me passar tanta segurança. Seus ideais me inspiram diariamente e contribuem para o meu crescimento como ser humano, bem como o seu amor pela América Latina, esse chão que ao mesmo tempo é nosso e não é. À Pâmela por dividir uma casa comigo e contribuir para que eu me sinta em um lar em Porto Alegre. Admiro muito a tua dedicação com o que tu te propões a fazer e sem a tua crescente parceria o meu caminho teria sido muito mais difícil. Ao Lucas e o Luciano pelo companheirismo desde o ensino médio. Ao Heitor, Milene, Bruno, Bruna Cláudia, Bruna Becker, Emanuely, Luísa, Elise, Laura, Lirio, Manara, Gabriel, Patrícia, Erika, Ana Paula, Luana, Isabella, Viviane, Letícia, Matzen, Carol Schnitzler: eu sou muito grato a todas e todos vocês por tudo que já vivemos juntas e juntos. Me faltam palavras para descrever o quão grato eu sou ter amigas e amigos tão importantes comigo.

Às experiências que tive durante meu curso de graduação, principalmente a Ocupação da Biologia em 2016 onde cresci muito como militante dos ideais que acredito e como ser humano; a atuação no Diretório Acadêmico do Instituto de Biociências (DAIB) onde pude lidar com a busca incessante dos ideais da autogestão, do consenso e pude interagir com um universo de pessoas diferentes de mim e lidar com isso da melhor forma possível; a minha mobilidade acadêmica para Minas Gerais, onde percebi que o mundo é muito maior do que simplesmente a cidade onde vivo e onde pude conhecer amigas maravilhosas (em especial Thamyris, Lili e Vera) e redescobri meu amor pela Biologia e, em especial, pela Botânica); o laboratório de Angiospermas onde atuei durante todo o 2018 e pude ter contato mais íntimo com métodos científicos e gramíneas, bem como experienciar um local de trabalho repleto de pessoas maravilhosas, destacando o Leo que me acompanhou magistralmente desde o início e sempre me forneceu amparo nas minhas constantes dúvidas; a organização do Encontro Regional de Estudantes de Biologia da Região Sul de 2018 que me fez crescer ao lidar com

diferentes problemas e fez com que eu me aproximasse de pessoas tão diferentes de mim mas com objetivos e ideais muito semelhantes.

À professora Russel por todos ensinamentos que me proporcionou e por ser um exemplo de profissional e ser humano. À professora Paula por ser um exemplo de docente e ser humano.

À professora Lorena Cândido Fleury pela orientação e acompanhamento na construção deste trabalho.

Aos professores Marcelo Kunrath Silva e Elenita Malta Pereira por aceitarem comporem a banca a contribuírem para o aperfeiçoamento deste trabalho.

*Este trabalho é dedicado à todas as pessoas que  
não tem/tiveram medo de se expor e “deram a cara  
a tapa” por um ambiente ecologicamente  
equilibrado à toda as formas de vida.*

## RESUMO

O ambientalismo gaúcho surgiu nos anos 1970, tendo suas raízes nos anos 1950 e 1960 com a atuação de um padre jesuíta e um funcionário público que, de maneira independente, colocaram em prática ideais de preservação da natureza, ainda sem um movimento reconhecido. A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), fundada em 1971 por ambientalistas como José Lutzenberger e Augusto Carneiro e a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) que, em 1974 criou o Departamento de Ecologia sob a liderança de Magda Renner e Giselda Castro, são entidades emblemáticas da atuação do ambientalismo gaúcho e de suas conquistas. Considera-se que há uma relação entre ambientalismo e a cidadania entendida amplamente como o exercício de direitos e a possibilidade da sociedade em ter influência sobre o Estado e lutar por suas pautas. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender como o movimento ambientalista gaúcho se relaciona com o exercício da cidadania sob o ponto de vista de seus integrantes. Para isso, foram realizadas análise documental e entrevistas com ambientalistas gaúchos. Constatou-se que os expoentes do movimento possuem grande influência sobre novos militantes, bem como seus escritos e experiências em espaços educativos relacionadas com o meio ambiente. A veiculação na mídia de pautas ambientalistas atualmente é baixa devido ao corporativismo que domina estes meios. A atuação feminina é bastante representativa no ambientalismo gaúcho, com destaque à luta das mulheres camponesas. Formas de ação como participação em conselhos ligados ao meio ambiente, educação ambiental e denúncias a instâncias públicas não são vistas consensualmente como efetivas nas condições atuais, enquanto que outras como protestos pacíficos, ação direta em grupo e ação em comunidades são vistas unanimemente como essenciais. Conclui-se que a união entre o ambientalismo e os direitos humanos surge como uma luta cada vez mais praticada e que tem dominado as ações e reflexões ambientalistas atualmente. Palavras-chave: ambientalismo, cidadania, movimentos sociais

## RESÚMEN

El ambientalismo gaúcho surgió en los años 1970, teniendo sus raíces en los años 1950 y 1960 con la actuación de un sacerdote y un empleado público que, de modo independiente, pusieron en práctica ideales de preservación de la naturaleza todavía sin un movimiento reconocido. La Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (Agapan), fundada en 1971 por ambientalistas como José Lutzenberger y Augusto Carneiro y la Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) que, en 1974 creó el Departamento de Ecología bajo el liderazgo de Magda Renner y Giselda Castro, son entidades emblemáticas de la actuación del ambientalismo gaúcho y sus éxitos. Se considera que existe una relación entre ambientalismo e ciudadanía entendida ampliamente como el ejercicio de derechos y la posibilidad de la sociedad influenciar el Estado y luchar por sus pautas. Por tanto, el objetivo de este trabajo es comprender como el movimiento ambientalista gaúcho se relaciona con el ejercicio de la ciudadanía bajo la visión de sus integrantes. Para eso fueron utilizados análisis documental y entrevistas con ambientalistas gaúchos. Se constató que los exponentes del movimiento poseen gran influencia sobre nuevos militantes, así como sus escritos y experiencias en espacios educativos relacionados con el medio ambiente. La vehiculación en los medios de pautas ambientalista actualmente es baja por el corporativismo que domina estos medios. La actuación femenina es bastante representativa en el ambientalismo gaúcho, con énfasis a la lucha de las mujeres campesinas. Modos de acción como participación en consejos relacionados al medio ambiente, educación ambiental y denuncias a instancias públicas no son vistas consensualmente como efectivas en las condiciones actuales, mientras que otras como protestas pacíficas, acciones directas en grupo y acción en comunidades son vistas unánimemente como esenciales. Se concluye que la unión entre el ambientalismo y los derechos humanos aparece como una lucha cada vez más practicada y que ha dominado las acciones y reflexiones ambientalistas actualmente. Palabras clave: ambientalismo, ciudadanía, movimientos sociales

## SUMÁRIO

<b>1 CIDADANIA E AMBIENTALISMO</b> .....	4
<b>2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO</b> .....	11
<b>3 APANHADO HISTÓRICO</b> .....	13
<b>4 PERCEPÇÕES SOBRE O MOVIMENTO AMBIENTALISTA GAÚCHO</b> .....	21
4.1 APRESENTAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS E A APROXIMAÇÃO AO MOVIMENTO .....	21
4.2 O MOVIMENTO EM UM ESPECTRO POLÍTICO, SUA CONCEPÇÃO APARTIDÁRIA E CARÁTER SOCIAL .....	24
4.3 MULHERES NO AMBIENTALISMO GAÚCHO .....	27
<b>5 PERCEPÇÕES SOBRE AÇÃO COLETIVA E CIDADANIA</b> .....	30
5.1 RELAÇÕES COM A MÍDIA NO PASSADO E NO PRESENTE .....	30
5.2 ENTENDIMENTO DAS LEIS AMBIENTAIS E PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DE DECISÃO .....	32
5.3 O CLAMOR POPULAR COMO PARCEIRO .....	34
5.4 UM CONJUNTO DE FORMAS AÇÃO COMPÕEM A ATUAÇÃO AMBIENTALISTA CIDADÃ .....	37
5.5 A VISÃO SOBRE CIDADANIA PELOS AMBIENTALISTAS.....	43
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	46
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	49

## 1 CIDADANIA E AMBIENTALISMO

Cidadania tem sido um termo com forte repercussão em debates no dia-a-dia seja qual for o ambiente em que se esteja inserido, seja na escola, na rua, na igreja, na política (MARTINS, 2000). Cidadania pode ser definida como

[...] a capacidade conquistada por alguns indivíduos ou, no caso de uma democracia efetiva, por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 2005, p. 2)

Coutinho (2005) afirma que, em última instância, cidadania, democracia e soberania popular são a mesma coisa. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, sendo o resultado de uma luta constante quase sempre travada pelas classes subalternas, implicando em um processo histórico de longa duração a qual novas concepções estão sempre sendo atribuídas (COUTINHO, 2005; CARVALHO, 2008b).

De acordo com Marshall, a cidadania pode ser dividida em direitos civis, políticos e sociais (CARVALHO, 2008b). Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei, surgidos na Inglaterra com a ascensão burguesa frente ao clero e à aristocracia (CARVALHO, 2008b; COUTINHO, 2005). Eles consistem no direito de ir e vir, de escolher onde trabalhar, de manifestar o pensamento, ter a inviolabilidade de seu lar assegurada e de não ser preso ou condenado antes de um processo legal regular. São os direitos que garantem a existência da sociedade civil organizada surgida com o capitalismo, tendo a liberdade individual como princípio central (CARVALHO, 2008b).

Os direitos civis podem existir sem o direito político. Este se baseia na participação do cidadão no governo da sociedade, através do voto, de ser votado, da organização em partidos. Sem direitos civis, o direito político torna-se infundado, deixando de representar os cidadãos e passando a apenas justificar governos. Por fim, os direitos sociais consistem na participação cidadã na riqueza coletiva. Ele é apontado como o último destes direitos a ser adquirido na Grã-Bretanha, porém Carvalho (2008b) afirma que no Brasil foi o primeiro dos direitos assegurados. Os direitos sociais incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. Podem existir sem os direitos civis e políticos, ainda que sua aplicação passe a ser arbitrária. A ideia central desses direitos é a justiça social e procura

reduzir as desigualdades geradas pelo sistema capitalista onde se originou (CARVALHO, 2008b).

O berço da ideia de cidadania é creditado à Grécia antiga nos séculos V e IV a.C., ainda que nos tempos modernos ela possua uma maior expressão. Isso se deve à participação de uma parte considerável da população de Atenas em assembleias que tomavam decisões que concerniam à coletividade e à ocupação de cargos que visavam executar essas decisões. Assim, os direitos políticos seriam os únicos efetivamente garantidos na antiguidade grega, já que mulheres, escravos e estrangeiros eram excluídos de exercerem sua cidadania (COUTINHO, 2005).

A cidadania como fenômeno complexo e historicamente definido se desenvolveu dentro da ideia de Estado-nação, surgida na Revolução Francesa, em 1789. As lutas pelos direitos supracitados sempre se deram dentro de fronteiras geográficas num primeiro momento, fazendo com que a cidadania como a conhecemos esteja intimamente ligada a uma lealdade a um Estado e a identificação com uma nação. A forma como um Estado-nação se configura condiciona a construção da cidadania, havendo casos onde a ação estatal teve mais importância na difusão de direitos e outros onde a ação dos cidadãos foi mais decisiva (CARVALHO, 2008b).

Os direitos civis (os direitos do indivíduo privado) foram os primeiros a surgirem na Europa no século XVIII e privilegiavam pessoas que possuíam posse. Marx criticou esses direitos, não num sentido de extingui-los, mas por si só não serem eficazes ao alcance da cidadania plena, tendo em vista que grande parte da classe trabalhadora europeia destituída de propriedades era também destituída desses direitos. A propriedade, na visão de Marx, deveria ser então socializada e, desse modo, universalizada (COUTINHO, 2005).

Os direitos políticos e a generalização dos mesmos são uma conquista da classe trabalhadora a partir do século XIX. O direito ao voto e à organização (através de sindicatos, partidos de massa, etc) são conquistas fundamentais que permitiram um maior alcance à cidadania plena. O sufrágio universal e os sindicatos foram durante muito tempo proibidos pelos governos liberais sob a alegação de que eles violavam as leis do mercado, pois ao se organizarem os trabalhadores obteriam um preço para a força de trabalho diferente daquele que resultaria do “livre” movimento do mercado (COUTINHO, 2005).

Os direitos sociais também são entendidos como uma conquista da classe trabalhadora e foram os últimos a surgirem num panorama mundial. Entre tais direitos, o acesso à educação pública e universal, laica e gratuita foram os primeiros a serem garantidos e serviram como carro chefe para buscar os demais (direito à saúde, à habitação, previdência

pública, à assistência, etc.). Importante salientar que a existência destes direitos sociais não necessariamente implica numa emancipação cidadã, tendo em vista que dentro do sistema capitalista existe um momento onde a “ampliação da cidadania se choca com o capital”. Dentro do capitalismo existem recuos e investidas em relação a esses direitos (COUTINHO, 2005).

Ao longo do século XX ocorreu o que tem sido chamado de “socialização da política”, onde os cidadãos deixaram de atuar na política apenas através do voto, mas por meio de ingresso e militância nas mais diversas causas e organizações, fazendo com que o Estado deixe de ser tão restrito e criando um espaço público denominado por Gramsci como “sociedade civil”, um espaço situado entre a “sociedade econômica” e a “sociedade política”. Trata-se de uma esfera não governamental com forte atuação sobre o Estado, uma esfera plural e não necessariamente coesa que influencia nas decisões estatais e exige demandas. Assim, o Estado capitalista passa a necessitar do consentimento, ainda que relativo, do povo governado (COUTINHO, 2005). Um exemplo de movimento que no Brasil possui forte atuação na esfera da sociedade civil, é o movimento ambientalista.

Pereira (2018) define o ambientalismo como

uma nova forma de movimento social descentralizado e multissetorial, que emergiu na década de 1970 no Brasil. Num contexto de ditadura militar, o movimento ambientalista foi um espaço que permitiu a manifestação pelo amparo à natureza. É importante esclarecer que não se trata de um movimento unificado, com atuação em bloco. Pelo contrário, uma das principais características desse movimento social é justamente o caráter diversificado dos sujeitos que militam, dos objetivos reivindicados e das estratégias de ação [...]. (PEREIRA, 2018, p.23)

McCormick (1992 apud LOSEKANN, 2014) define ambientalismo como um espectro de relações que tratam o ambiente enquanto posições filosóficas, área de estudo (ecologia), teorias e posições políticas, modelos de economia, dentre outras, com o envolvimento de diferentes atores que agem através de instituições políticas, científicas ou sociais.

Worster (1991 apud PEREIRA, 2011) atenta sobre a história ambiental como o papel e lugar da natureza na vida humana. Pereira (2011) assume que entre questões básicas da história ambiental estão as noções de “natureza”, as interações do domínio socioeconômico com o ambiente e o âmbito ético na dinâmica ser humano e natureza.

O Brasil possui uma história de pensamento ambiental própria e uma tradição antiga de reflexão sobre a relação entre ser humano e natureza. Pádua (2002 apud LOSEKANN, 2014) contesta a ideia de que o ambientalismo brasileiro é importado da Europa, afirmando inclusive que as colônias tropicais europeias foram fundamentais para o surgimento do pensamento ambiental principalmente no que concerne à “destruição ambiental”. José Bonifácio, já no século XIX, demonstrava reflexões que hoje caracterizaríamos como “desenvolvimentistas” (independência externa e progresso na produção agrícola), sendo crítico em relação ao trabalho escravo e a incorporação de indígenas como trabalhadores. Importante salientar que um pensamento ambientalista ou mesmo a percepção de um problema ambiental não implica necessariamente em mobilização (LOSEKANN, 2014).

Nos anos 1960 e 1970 começaram a surgir movimentos ambientalistas no mundo inteiro, em que associações passaram a agir localmente e a ética antropocêntrica foi definida como uma das principais causas de problemas ambientais. Assim, uma nova ética tornou-se necessária, uma ética biocêntrica onde todas as espécies (incluindo a humana) tivessem igual direito à vida e à sobrevivência (JUNGES, 2010 apud PEREIRA, 2018).

A partir da anexação da temática ambiental em diversas instituições políticas, muitas organizações ambientalistas acabaram deixando de protestar continuamente contra o Estado e passaram a atuar em cooperação com o mesmo e se inserir nele. Assim, a profissionalização do ativismo ambiental passou a deixá-lo menos confrontador. Ou seja, passou-se a lutar predominantemente mais *com* o Estado do que *contra* (ALONSO; MACIEL, 2013 apud LOSEKANN, 2014). Este trânsito e intersecção maior entre sociedade civil e Estado no que concerne à questão ambiental fez com que, a partir dos anos 1980, o discurso ambientalista fosse assimilado pelos mais diversos setores sociais e membros da sociedade, passando a ser pautado por movimentos feministas, indígenas, dos sem-terra, dos pescadores, etc, efeito denominado “ambientalização” (LOPES, 2006). Tal efeito também foi assimilado por setores de mercado que começaram a utilizar a temática ambiental para fins econômicos no mercado da compensação ambiental, como as organizações de consultoria ambiental (ACSELRAD, 2010 apud LOSEKANN, 2014). Assim, se no campo filosófico o ambientalismo já possuía um vasto número de atores, materialmente percebe-se clivagens ambientalistas, em um espectro onde o Estado vai de inimigo a parceiro da luta, bem como o mercado. Isso entra em acordo com Avritzer & Costa (2004 apud LOSEKANN, 2014) quando afirmam que a sociedade civil pode alcançar núcleos decisórios através de mensagens que percorrem mecanismos institucionalizados do Estado, tendo em vista que atores ambientalistas da

sociedade civil não podem exercer poder administrativo pois, quando o fazem, deixam de compor a sociedade civil.

No Brasil em geral o interesse pela defesa do meio ambiente era vista antes dos anos 1990 por outros setores da sociedade, como sindicatos e associações, como uma luta da classe média que não não dizia respeito à questões econômicas e sociais estruturais (LOSEKANN, 2014). No caso do Rio Grande do Sul, por predominantemente pertencerem a classes socioeconômicas altas, os expoentes do ambientalismo gaúcho possuía maior facilidade em contatar e argumentar com pessoas com poder de tomadas de decisões, o que não tira o mérito das conquistas e avanços obtidos por estes atores mas que explica em partes como foram obtidos (GERHARDT, 2011).

A institucionalização da questão ambiental só foi ocorrer com mais força na sociedade civil a partir dos anos 1990, sendo a Eco-92 uma das grandes influenciadoras nesse sentido, tendo havido um grande crescimento no número de ONGs voltadas para o meio ambiente a partir dessa década (LOPES, 2006; CARVALHO, 2002 apud LOSEKANN, 2014). Porém, mesmo com o crescente entendimento da importância em se preservar o meio ambiente e incorporação de pautas ambientais em planos de governo, o ambientalismo ainda é visto predominantemente como inimigo e antagônico ao crescimento econômico no Brasil, o que acontece também em grande parte dos países. Exemplos desse antagonismo são as discussões acerca da liberação, rotulação e comercialização dos transgênicos; o impacto ambiental causado por construção de hidrelétricas nos biomas Mata Atlântica e Amazônia; o impacto causado por empresas de celulose no plantio de eucaliptos; devastação das florestas madeireiras, etc. (LOSEKANN, 2014).

Atualmente as organizações ambientalistas vêm atuando em múltiplas áreas. Algumas são bastante técnicas, contribuindo com laudos ambientais, construção de planos de manejo de Unidades de Conservação, realizando consultorias, etc. Outras possuem um viés mais “ideologizante”, com forte crítica ao modelo capitalista e às formas de acumulação do mercado. Outras possuem grupos focais, como seringueiros, indígenas, pescadores, etc. (LOSEKANN, 2014). Os grupos com atuação ambiental são muito diversos e atravessados por diversas questões identitárias. Isso se dá porque o meio ambiente não é um sujeito de ação, mas um objeto de ação, visto de diferentes formas por diferentes atores. Assim, dificilmente organizações ambientais vão se constituir sem interligar um conjunto de outras identidades sociais (LOSEKANN, 2014). Ou seja, quando falamos em organizações ambientais precisamos compreender que diversas identidades transversais se relacionam com o tema (YOUNG, 2000 apud LOSEKANN, 2014).

Scherer-Warren (2001 apud LOSEKANN, 2014) aponta que o movimento ecológico transcende as atuações de ONGs ou outros grupos, possuindo repercussões desde o cotidiano até a esfera pública. Importante salientar também que, independente do foco da organização ambiental, estar inserido em um movimento social, ou socioambiental, é educativo. Caldart (2000) vê o movimento social como um sujeito pedagógico que se mostra como uma coletividade dinâmica que é educativa em relação a sujeitos externos, mas que atua intencionalmente no processo de educação das pessoas que a constituem. A autora vê um movimento social como um princípio educativo com base na educação construída através da experiência humana. Paulo Freire foi um grande precursor desse entendimento do papel educativo de se estar em uma luta social por direitos e na busca pela humanidade roubada, porém, não nega a importância da educação escolar vinculada a estes movimentos, tendo em vista que a escola deve estar organicamente ligada à sociedade e a par dos movimentos sociais que nela existem e às causas que buscam (SCHWENDLER, 2001).

É a partir desse caráter educativo do pertencimento a um movimento social, e da possibilidade de ampliação de direitos sociais promovida pelo ambientalismo, que se configura essa pesquisa. A **questão central** que orienta o trabalho é: *como os militantes de entidades ambientalistas gaúchas percebem a relação entre ambientalismo e prática da cidadania?*

Sendo assim, os **objetivos** da pesquisa são:

Objetivo geral:

Compreender como o movimento ambientalista gaúcho se relaciona com o exercício da cidadania sob o ponto de vista de seus integrantes.

Objetivos específicos:

1. identificar quais influências contribuem para o ingresso de militantes na causa ambientalista;
2. entender como as diferentes ações dentro do ambientalismo gaúcho colaboram para a busca de uma cidadania plena;
3. relacionar aspectos históricos com a forma como o movimento ambientalista gaúcho se encontra hoje;

4. analisar a influência mútua que outros movimentos podem ter com o ambientalismo gaúcho.

Para realizar essa discussão, o trabalho conta com, além dessa discussão, os seguintes tópicos: Delineamento Metodológico, explicando como se deu a condução da pesquisa; Apanhado Histórico, onde é apresentada uma breve descrição do histórico do movimento ambientalista brasileiro no século XX, descrição das raízes do movimento ambientalista gaúcho, suas principais entidades, principais expoentes e casos ambientais de destaque; Percepções sobre o Movimento Ambientalista Gaúcho, onde são apresentadas os ambientalistas entrevistados, como ingressaram no movimento e influências, a participação das mulheres no movimento e como é percebida a sua atuação histórica e presente e uma discussão sobre o espectro político ao qual o ambientalismo gaúcho se insere e sua relação com partidos políticos; Percepções sobre Ações Coletivas e Cidadania, discutindo a relação do movimento com a mídia, com o clamor popular, estratégias para comunicar à população suas reivindicações, análise da vasta gama de formas de ação que o movimento possui, a contribuição da participação no movimento para o entendimento e interpretação das leis ambientais, e percepção de militantes ambientalistas sobre cidadania; e Considerações Finais, apresentando reflexões deixadas pelo presente trabalho.

## 2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada com ambientalistas em atuação no Rio Grande do Sul. Entrevista é uma técnica bastante utilizada em pesquisas de sociologia, sendo uma forma de interação social onde ocorre um diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008). Para este trabalho a entrevista foi do tipo semiestruturada, uma classificação em que o pesquisador se guia por uma relação de pontos de interesse a serem explorados ao longo do processo de entrevista. Assim, o entrevistador faz perguntas diretas e deixa a pessoa entrevistada falar livremente, intervindo de modo sutil quando a pessoa entrevistada se afasta muito da pauta em questão (GIL, 2008).

O roteiro da entrevista (anexo 1) foi elaborado levando em conta os cuidados elencados por Gil (2008) e com base na leitura de bibliografia relacionada ao movimento ambientalista brasileiro e gaúcho, principalmente Bones & Hasse (2002), Carneiro (2006), Losekann (2014), Pereira (2018) e Urban (2001).

As pessoas entrevistadas foram escolhidas conforme sua relevância no cenário ambientalista gaúcho e proximidade por parte do pesquisador ou por indicação de um entrevistado. O número de pessoas entrevistadas foi determinado por amostragem de conveniência. As pessoas entrevistadas receberam e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo ciência que, dentre outras coisas, suas identidades seriam expostas ao longo do trabalho de modo a valorizar e reconhecer sua contribuição histórica ao movimento ambientalista gaúcho. Todas as entrevistas ocorreram presencialmente em lugares sugeridos pelos entrevistados em Porto Alegre e foram gravadas mediante autorização dos mesmos. As entrevistas foram então posteriormente transcritas e enviadas aos entrevistados para revisá-las. Os aspectos éticos foram observados na medida em que os informantes tinham a possibilidade de avaliar o teor das transcrições de suas falas, antes da publicação dos resultados do estudo.

Três pessoas foram entrevistadas, sendo a primeira Leonardo Melgarejo no dia 27 de setembro de 2018, às 16h, no Chalé da Praça XV, no centro de Porto Alegre. A segunda entrevista aconteceu no dia cinco de outubro com Paulo Brack, em sua sala por volta das 11h no Campus do Vale, bairro Agronomia. A terceira e última entrevista foi realizada no dia nove de outubro com Edi Xavier Fonseca às 16h, na cafeteria Bella Gulla, dentro do Shopping Total, localizado no bairro Floresta.

Para a análise dos resultados foram adotados procedimentos teórico-metodológicos designados como análise de conteúdo, adaptados do descrito por Bauer & Gaskell (2003). Foram elaboradas categorias de assuntos abordados nas entrevistas e selecionados trechos considerados chave para a compreensão da mensagem passada pela pessoa entrevistada. A análise de conteúdo consiste em um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Neste caso, uma considerável atenção é dada aos “tipos”, “qualidades” e “distinções” no texto em questão, no caso deste trabalho, as entrevistas. Weber (1985 apud BAUER & GASKELL, 2003), define esta técnica de análise como sendo um conjunto de procedimentos para produzir inferências válidas de um texto, podendo essas inferências serem sobre emissores, a própria mensagem ou a audiência da mensagem. No caso deste trabalho, reportagens foram utilizadas para embasar a análise dos resultados pois configuram-se como fontes de acontecimentos que envolvem o ambientalismo gaúcho que ainda não foram devidamente estudadas e analisadas dentro do contexto do movimento, principalmente no que episódios posteriores a 2010.

### 3 APANHADO HISTÓRICO

É difícil definir o início do movimento ambientalista no Brasil. Entretanto, ao longo de sua história, é possível perceber algumas atenções especiais à natureza. Em 1808, o então rei D. João VI criou o Jardim Botânico no Rio de Janeiro para estudo da flora e conservação das sementes. Seu tutor, José Bonifácio de Andrade e Silva já condenava as queimadas das florestas e combatia a crueldade na caça das baleias. A proteção aos animais domésticos foi uma das primeiras formas de associações, em geral formadas por mulheres, para a defesa de algum interesse ecológico (BONES; HASSE, 2002).

A primeira entidade de defesa ambiental a surgir no Brasil foi a Sociedade dos Amigos das Árvores em 1931 no Rio de Janeiro, criada em consequência da devastação das florestas nacionais (BONES; HASSE, 2002; URBAN, 2001). Fundada pelo botânico Alberto Sampaio, essa entidade reunia intelectuais, jornalistas e políticos, e foi responsável pela chamada “Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza”, a qual gerou subsídios para a elaboração do Código Florestal de 1934 (URBAN, 2001).

Após um período de latência causado pela Segunda Guerra Mundial, a luta ambiental nacional tem seu retorno delimitado pela criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) (BONES; HASSE, 2002; URBAN, 2001; FRANCO; DRUMMOND, 2009) que foi por muitos anos a mais importante e influente ONG conservacionista do Brasil, principalmente após a publicação de seu primeiro boletim, em 1966 (FRANCO; DRUMMOND, 2009). O Boletim Informativo da FBCN divulgava assuntos de cunho conservacionista que tinham um amplo alcance e trazia para a discussão ambiental diversos setores da sociedade (URBAN, 2001). É importante salientar que a luta ambientalista no Brasil estava nos seus primeiros anos concentrada no Rio de Janeiro, devido a sua configuração como capital nacional até 1961 (URBAN, 2001). Deve-se ao governo Jânio Quadros a oficialização do movimento ambientalista e o início da consolidação e preocupação do governo nacional com a preservação ambiental, com a criação do conceito de “áreas protegidas” e a reelaboração do Código Florestal em 1965 com participação da FBCN (BONES; HASSE, 2002).

Em São Paulo, alguns expoentes do movimento ambientalista merecem destaque. Um deles é João Nogueira Batista Neto, um dos fundadores da Associação de Defesa do Meio Ambiente (chamada na sua fundação em 1956 de Associação de Defesa da Flora e da Fauna) que teve como intuito fornecer apoio à recém-criada reserva natural que abrangia 200 mil hectares do Pontal do Paranapanema (BONES; HASSE, 2002). Outro grande expoente é o

artista plástico Miguel Abellá, que em 1973 foi destaque em manchetes de jornais brasileiros com seu desfile pela Avenida Paulista vestindo uma máscara de gás e portando cartazes que alertavam sobre a poluição urbana. Sua entidade, O Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE) reuniu intelectuais e artistas da época que através de exposições e protestos nas ruas inauguraram uma nova forma de ação pela causa ambiental. Como destaques da entidade, pode-se citar a distribuição de representações artísticas espalhadas por *outdoors* na cidade de Curitiba em 1977 e a revista Pensamento Ecológico, com 25 volumes publicados entre 1978 e 1988, onde assuntos incipientes ao país no que tangia o meio ambiente foram discutidos através de textos de qualidade excepcional (URBAN, 2001).

Sendo assim, a década de 1970 foi marcada pelo agravamento de problemas ambientais e um despertar de consciência frente a esses problemas em todo o mundo. Em 1971 ocorreu em Brasília o I Simpósio sobre Poluição Ambiental, com participação de pesquisadores e técnicos do país e do exterior, sendo onde pela primeira vez os ambientalistas gaúchos da recém fundada Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) se fizeram presentes (BONES; HASSE, 2002).

Interessante notar que é a partir dos anos 1970 que acontece um avanço na regulamentação ambiental, na implantação de áreas protegidas e na multiplicação de atores e correntes ambientalistas no Brasil. Losekann aponta que até 1984 já haviam sido criados o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (hoje com suas funções transferidas ao Ibama), a Secretaria de Meio Ambiente e a lei 6938/81 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Um momento que merece destaque na história do ambientalismo brasileiro é a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992, ficando popularmente conhecida como Rio 92 ou Eco 92. Seus objetivos eram: delimitar estratégias locais e globais para questões ambientais; examinar a situação ambiental do mundo após a Conferência de Estocolmo, em 1972; e desenvolver estratégias para desenvolvimento sustentável dos países bem como a erradicação da pobreza. O evento foi bastante criticado e ainda hoje é visto como pouco efetivo, entretanto foi por influência dele a criação do Ministério do Meio Ambiente, em 16 de outubro de 1992 (BONES; HASSE, 2002).

O movimento ambientalista gaúcho tem seus primeiros precursores nas décadas de 1940 e 1950, sendo Balduino Rambo e Henrique Luís Roessler considerados pioneiros (PEREIRA, 2011). Os mesmos não são considerados ambientalistas pela autora, pois não faziam ainda parte de um contexto em que a preocupação com o meio ambiente era um tema

discutido por governos, empresas e sociedade (PEREIRA, 2018). Urban (2001) escreve o seguinte sobre o movimento:

O movimento ambientalista gaúcho tem duas características básicas: profundo enraizamento regional, fundamentado num bom conhecimento do território, e grande projeção nacional e internacional. (URBAN, 2001, p. 55)

Pereira (2011) categoriza como de “proteção à natureza” essa primeira fase do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1960, com os seus atuantes principais estando imbuídos de ideais tanto conservacionistas quanto preservacionistas.

O padre jesuíta Balduino Rambo (1905 - 1961) é tido como precursor do ambientalismo gaúcho, tendo tido atuação fundamental para a construção das estruturas da atual Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB). Entretanto, seu destaque se dá principalmente devido à sua obra “A Fisionomia do Rio Grande do Sul” cuja primeira edição ocorreu em 1942, em que pela primeira vez é descrito todo o meio físico do Estado. Para a construção do livro, Rambo trabalhou e viajou pelo RS durante dez anos, utilizando inclusive avião. No último capítulo do livro, intitulado “Proteção à Natureza”, Rambo alerta para a destruição das florestas, apontando esse desmatamento como um problema ético e moral, e recomenda a criação de dois “parques florestais”, um na selva virgem do Alto Uruguai e outro nos Aparados da Serra (BONES; HASSE, 2002; URBAN, 2001). Em determinado trecho do capítulo, ele escreve o seguinte:

Assim, no curso de todas as culturas humanas, mais cedo ou mais tarde, surgem as tendências de proteção ativa da natureza. Um povo que descuidasse desse elemento, teria falta dum requisito essencial da verdadeira cultura humana total e seria indigno da terra, com que a pródiga mão do Criador o presenteou. (RAMBO, 1993, p. 431)

Henrique Luís Roessler (1896 – 1963), natural de Porto Alegre, é tido como pioneiro do ambientalismo gaúcho, tendo possuído uma forma de ação bem distinta da de Balduino Rambo. Com a criação do código florestal de 1934, foi instituída uma polícia florestal em todo país pelo Ministério da Agricultura (PEREIRA, 2011). Tratava-se de um cargo não remunerado que tinha por incumbência fiscalizar atividades potencialmente nocivas ao equilíbrio ambiental, tais como pesca predatória, caça e queimadas (BONES; HASSE, 2001). Roessler se voluntariou para o cargo e foi nomeado Delegado Florestal em São Leopoldo em 1939, tornando-se em 1944 Delegado Florestal Regional, passando a chefiar os demais delegados e fiscais florestais do RS (PEREIRA, 2011). Possuiu uma forte atuação no Vale do

Rio dos Sinos, em que possuía consciência de que diversos curtumes estavam poluindo cursos d'água da região com despejo de resíduos tóxicos, agindo também frente a métodos de pesca proibidos, como “rocegas” e até pesca com dinamite, e na região nordeste do Estado frente às “passarinhas” (caça de pássaros) feitas por grupos étnicos italianos (BONES; HASSE, 2002; PEREIRA, 2011). Em virtude de uma disposição do Estatuto do Funcionário Público Federal, que vedava serviços públicos gratuitos, Roessler perdeu sua credencial de fiscal ecológico vinculada ao Ministério da Agricultura. Funda, então, em 1955 a União Protetora da Natureza, primeira entidade ambientalista do Estado, com sede em São Leopoldo, na própria casa de Roessler (BONES; HASSE, 2002). A entidade teve pouca ação pois Roessler era o único membro que efetivamente se empenhava na causa ambiental, porém foi fundamental para que o mesmo fosse contratado em 1957 pelo Correio do Povo, jornal de grande circulação na época, para publicar crônicas semanais no Correio Rural, suplemento do Correio do Povo (BONES; HASSE, 2002; CARNEIRO, 2006).

Tanto as crônicas de Roessler, quanto “A Fisionomia do Rio Grande do Sul” de Rambo tiveram grande influência no ambientalismo gaúcho a partir da década de 1970, momento em que o movimento no Estado passa a ganhar cada vez mais visibilidade nacional e internacional (PEREIRA, 2011).

Duas entidades merecem destaque como precursoras do movimento ambientalista gaúcho: a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) e a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (Agapan).

A ADFG surgiu em 1964 como uma entidade cristã com objetivo de promover uma cidadania atuante por parte das mulheres, sendo mais uma das associações criadas em apoio ao golpe militar, como meio de controlar a instabilidade política presente na época. Giselda Castro esteve no movimento desde sua formação, enquanto Magda Renner entrou um pouco depois no mesmo ano. Ambas se dedicaram a causas ligadas às mulheres, como o direito e segurança do aleitamento materno e a promoção do uso de pílulas, porém sua maior contribuição e pelo qual mais são lembradas com certeza concerne à causa ambiental. Em 1972, após assistir à palestra de Lutzenberger intitulada “Os Quatro Princípios Básicos da Ecologia”, Magda Renner e suas amigas da ADFG ficam impressionadas com a possibilidade de atuação na causa ambiental. Em 1974, quando Magda Renner alcança a presidência executiva da ADFG, funda o Departamento de Ecologia e convida Giselda Castro como vice. A partir de então ambas passam a ganhar influência nacional e internacional na causa ambiental, apesar da discriminação sofrida na época por serem mulheres. Dentre suas principais atuações estão o envolvimento a Amigos da Terra (uma federação internacional de

proteção ao meio ambiente); protestos contra o uso de energia nuclear no Brasil; campanha para a conservação das ilhas do Guaíba e para sua não urbanização; protestos frente ao caso Hermenegildo. Esse último caso foi um desequilíbrio ambiental ocorrido em 1978 na praia de Hermenegildo em Santa Vitória do Palmar, em que muitos animais (focas, peixes, botos) subitamente apareceram mortos na costa. Muitos ambientalistas na época creditaram o desastre a um navio carregado de produtos químicos que havia afundado no Uruguai anos antes, enquanto que a versão governamental defendia a ocorrência do fenômeno da maré vermelha. Até hoje não há um consenso sobre o que de fato aconteceu (BONES; HASSE, 2002).

Em 1998, Magda Renner ainda atuando como presidente da ADFG, modifica o Estatuto Social da entidade que passa então a se chamar Núcleo Amigos da Terra (NAT Brasil) (BONES; HASSE, 2002; PEREIRA, 2011). Muitas das ações que a ADFG fez durante os anos 1970 e 80 foram em parceria com a Agapan, ao lado de nomes como Augusto Carneiro, Hilda Zimmermann e José Lutzenberger.

A Agapan é fundada em 27 de abril de 1971, tendo José Lutzenberger como seu primeiro presidente e Augusto Carneiro como secretário. Sua fundação se deu em um momento de popularização do conceito de “ecologia”, que só se tornou comum entre as pessoas no início dos anos 1970 (PEREIRA, 2018). A entidade surge com uma proposta bastante ambiciosa, propondo que:

“defenderia a natureza ameaçada nas formas de fauna, vegetação, solo, atmosfera, águas; lutaria pela salvação da humanidade da destruição, e pela promoção da ecologia como ciência da sobrevivência; [...] o combate ao massacre de animais e à caça indiscriminada, às devastações das vegetações e às queimadas; [...] o uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo [...]; à poluição do ar [...]; à poluição dos cursos d’água [...], do uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas, herbicidas, raios ionizantes sem a devida proteção; às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas. Pregava também a luta por uma nova moral ecológica.” (PEREIRA, 2011, p. 15)

De sua criação até meados de 1984 foi entidade ecológica de maior atuação no Brasil (CARNEIRO, 2006), tendo sua primeira sede emprestada na Rua da Praia em Porto Alegre com reuniões semanais abertas às segundas-feiras (BONES; HASSE, 2002). Importante salientar que até hoje a entidade não possui uma sede própria. Sua primeira grande reivindicação consistiu na luta contra o corte de árvores em Porto Alegre e as podas mal feitas

que debilitam as árvores e as expunham à contaminação por fungos e bactérias levando ao apodrecimento (PEREIRA, 2018).

José Lutzenberger (1926 – 2002) foi uma figura emblemática para o sucesso da entidade. Natural de Porto Alegre, formou-se em engenharia agrônômica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especializando-se em solos e agroquímica nos Estados Unidos posteriormente. Começou a trabalhar na Basf (empresa de químicos alemã, atualmente a líder mundial na área) em 1957, ocupando postos na Alemanha, depois na Venezuela e Marrocos durante sua atuação na empresa. Em 1971, influenciado por leituras como “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson e “A Fisionomia do Rio Grande do Sul”, de Balduino Rambo, demite-se da empresa e retorna a Porto Alegre, com a intenção de fundar uma entidade ambientalista, devido a contatos que já vinha tendo com Juarez Romano Zimmermann, Hilda Zimmermann e Augusto Carneiro. Este último, antes da chegada de Lutzenberger, já havia contatado diversos outros interessados na causa. Ao longo de sua militância, Lutzenberger escreveu livros clássicos do ambientalismo brasileiro, com destaque ao “Manifesto Ecológico Brasileiro – Fim do Futuro?”, em que a natureza é descrita como uma sinfonia em que diversas partes se inter-relacionam e tudo está conectado com tudo, e que ações humanas como o uso de agrotóxicos interferem nessas relações. O pensamento de Lutzenberger foi inovador nos anos 1970, em que conceitos como ecologia não faziam parte do cotidiano da época, ou mesmo ideias de que a Terra é um espaço finito e que a economia de um país não pode crescer ininterruptamente. Lutzenberger foi uma pessoa chave que garantiu o sucesso da Agapan, por aliar uma boa desenvoltura em falar em público em debates e palestras com argumentos técnicos bem embasados (BONES; HASSE, 2002; CARNEIRO, 2006). Lutzenberger foi criticado por algumas decisões suas, como por ter trabalhado para a Riocel por um período (empresa que teve bastante atenção por parte dos ambientalistas, descrita mais adiante) ao aceitar adequar as dependências da empresa para um modelo menos agressivo ao meio ambiente; e pela sua forma de atuação durante os dois anos (1990 – 1992) em que esteve à frente da Secretaria Especial do Meio Ambiente durante o governo Collor, cargo do qual foi demitido. Segundo o próprio, trabalhou principalmente “atrás dos bastidores”, falando o mínimo possível (URBAN, 2001).

Enquanto José Lutzenberger foi a imagem pública da Agapan com destaque na mídia, Augusto Carneiro (1922 – 2014) atuou mais nos bastidores, convidando pessoas para a Agapan, cobrando o pagamento periódico dos sócios, guardando documentos importantes, entrando em contato com diferentes profissionais frente a determinada causa. É o único dos

grandes nomes do ambientalismo gaúcho de origem pobre que trabalhou como cobrador de ônibus, vendedor de seguros e livros, cobrador de contas. Estudou Contabilidade e Direito com muita dificuldade e chegou a integrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1941, trabalhando como livreiro clandestino com o consulado da União Soviética em Montevideú, trazendo livros e folhetos contendo a ideologia comunista para Porto Alegre. Foi expulso do partido ao reproduzir o informe de Nikita Kruschev sobre a violação aos direitos humanos pelo governo de Josef Stálin em 1956. Procurou integrar outros partidos, mas acabou abandonando a ideologia e focando seus estudos ao ambientalismo por influência das crônicas de Roessler que lia semanalmente no Correio do Povo. Iniciou seus trabalhos na Agapan como secretário, trabalhando depois como tesoureiro de 1978 a 1984 (BONES; HASSE, 2002).

Nos anos 80 fortes vínculos entre partidos de esquerda e movimentos ambientalistas começam a se formar no Brasil, sendo o Partido dos Trabalhadores bastante relevante neste processo. Em 1985, inclusive foi criado no RS o Núcleo de Ecologista do Partido dos Trabalhadores (OLIVEIRA, 2008). Essa articulação não foi bem vista por ambientalistas como Carneiro. A partir de 1984 a Agapan passa a sofrer o que Carneiro (2006) considera como um aparelhamento por uma ala do PT liderada por Gert Schinke (ambientalista famoso por ter subido na chaminé do Gasômetro em protesto pela preservação da orla em 1988), ainda que José Celso Aquino Marques (presidente da Agapan entre 1987 e 1993) afirme que, na realidade, essa tentativa de aparelhamento foi liderada pelo vereador petista Juliano Gregol. Entretanto, independente do motivo, verdade é que a Agapan perdeu sua relevância frente à causa ambiental. A diminuição da cobertura da mídia com o iminente fim da ditadura e o afastamento de Lutzenberger da entidade também podem ter contribuído para esse fenômeno (BONES; HASSE, 2002).

Um caso emblemático em que a Agapan se envolveu foi o da empresa de celulose norueguesa Borregaard que passou a operar nas margens do rio Guaíba próximo a Porto Alegre em 1972 (depois estatizada e chamada de Riocell e atualmente Celulose Rio-grandense), quando devido o mau cheiro que se espalhou por Porto Alegre, tanto por água quanto por ar devido à praticamente inexistência de filtros e barreiras nas chaminés ou esgoto, resultou numa ação generalizada envolvendo a entidade ambientalista, o poder público e a população para que a empresa se adequasse a normas ambientais (BONES; HASSE, 2002; DREYER, 2011). Casos como Hermenegildo; defesa das Ilhas do Guaíba da urbanização; o estudante Dayrell que subiu numa árvore para impedir que fosse cortada em 1975 devido a obras do viaduto da João Pessoa e o Adeus Sete Quedas anterior ao início da

operacionalização da Usina Hidrelétrica de Itaipu também tiveram ampla participação da Agapan (URBAN, 2001).

A influência do ambientalismo gaúcho em políticas educacionais é também um fato. No Rio Grande do Sul, uma revisão sobre o histórico e as características da Educação Ambiental (EA) nos Programas de Ensino Oficiais do RS foi realizada em um trabalho de Zakrzewki e Sato (2006), abrangendo desde os anos 1930 até a primeira metade dos anos 2000. Percebeu-se que, nos seus primórdios, o objetivo da EA era associar a natureza com um ser divino e o ser humano como espécie mais evoluída a qual as outras servem. Uma série de mudanças de visão diante da EA passou a operar, passando a natureza a necessitar de proteção por uma razão utilitarista e econômica até, nos anos 90, ela deixar de ser uma temática marginalizada e vinculada à matéria de Ciências e passar a se integrar à totalidade do currículo escolar como uma prática transversal (ZAKRZEVKI; SATO, 2006).

## 4 PERCEPÇÕES SOBRE O MOVIMENTO AMBIENTALISTA GAÚCHO

### 4.1 APRESENTAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS E A APROXIMAÇÃO AO MOVIMENTO

Com uma trajetória tão bem documentada, as pessoas que ingressam na militância ambientalista gaúcha muito dificilmente não sofrem influência de seus primeiros militantes, vistos como expoentes e admirados pelo trabalho esforçado que realizaram. As três pessoas entrevistadas eram jovens nos anos 70 e 80 quando adentraram o movimento, e essa influência é bastante evidente em suas respostas, bem como preocupações com temas ambientais que começavam a se inserir no contexto gaúcho, como o uso de agrotóxicos, o termo “ecologia”, alimentação saudável, etc. Experiências como a de Paulo Brack no ensino médio e sua posterior aproximação à Agapan ilustram a questão:

[...] eu acabei ficando preocupado com questões ambientais depois de uma palestra que foi dada no colégio onde eu estudava. Teve um ambientalista que começou a falar sobre ecologia, sobre inimigos naturais, sobre agrotóxicos, então isso foi no meio da década de 1970 e aquilo foi muito marcante pra mim. [...] lá por 40 anos atrás, [...] 1976, 1977... eu comecei a participar das palestras do Lutzenberger e ia a reuniões da Agapan que eram lá na Rua da Praia, no Centro de Orquidófilos. [...] tinha o Augusto Carneiro, tinha a Hilda Zimmermann e aí eu conheci pessoas que inclusive estavam na Biologia [*curso da UFRGS*] na época e aí eu entrei no curso mais por essa questão (Paulo Brack).

Paulo Brack atualmente é professor do departamento de Botânica da UFRGS e coordenador geral do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá), associação civil não governamental fundada em 1999, que preza pela conservação da biodiversidade e pelo uso sustentável dos recursos naturais. O InGá atua através da realização de projetos, ajuizamento de ações para o cumprimento da legislação ambiental e atuação em conselhos ligados à temática socioambiental (InGá, 2015). Paulo Brack atua também como membro suplente do Igré (associação socioambientalista) no Consema, tendo já atuado como titular neste Conselho, e também no COMAM e Conama, nestes três âmbitos pelo InGá. Já foi também representante indicado pelas organizações sociais do Brasil como membro da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), entre 2007 e 2009.

Edi Xavier Fonseca é professora da Rede Estadual e Municipal de Viamão de Geografia e História (Ciências Humanas), sendo formada em Ciências Sociais com

especialização em Geografia. Atualmente é membro do Conselho Superior da Agapan, instituição da qual foi presidente durante dez anos (entre março de 1999 e agosto de 2009). Ela descreve o interesse em alimentação saudável como principal motivo para sua aproximação com o movimento ambientalista e aponta Augusto Carneiro como uma influência para seu ingresso na Agapan.

Eu atuo na Agapan desde 1983, portanto há 35 anos, e o que me levou a atuar inicialmente dentro da Agapan foi a questão da alimentação saudável. Na época eu tinha me tornado vegetariana, então fui a procura dessa questão da alimentação. [...] Eu ia *[às reuniões da Agapan]* acompanhada com o Augusto Carneiro que foi a pessoa que eu tive o primeiro contato dentro da Agapan (Edi Fonseca).

Leonardo Melgarejo descreve sua aproximação com o ambientalismo como estando intimamente ligada com sua entrada na UFRGS em 1973 no curso de Agronomia. Melgarejo já atuou como presidente da Agapan entre 2016 e 2017, trabalhou na CEASA e na EMATER e foi representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário na CTNBio de 2008 a 2014. Desde 2017 é vice-presidente regional sul da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

Em 73 entrei na Agronomia e naquela ocasião começava a me dar conta do movimento ambientalista com o Lutzenberger. Então ele foi fazer uma exposição lá na faculdade e eu acompanhei várias das reuniões da Agapan e as reuniões do pessoal da sociedade de agronomia que naquela época era uma entidade preocupada com o meio ambiente. Também naquela época estava se construindo a lei dos agrotóxicos. [...] mas talvez a principal influência tenha vindo de minha colega e comadre, Maria José Guazzelli (Leonardo Melgarejo).

Nas falas transcritas é perceptível a influência do meio acadêmico na aproximação com o movimento ambientalista gaúcho e a importância dele para gerar debates sobre o assunto, tanto no curso de Agronomia quanto no de Biologia na UFRGS. Bursztyn (2004) aponta que o mundo universitário tem uma tendência em propagar assuntos novos e relevantes que surgem em determinados contextos. O meio ambiente entra como um destes assuntos, já que em diferentes partes do planeta surgiram espaços de pesquisa e discussão sobre a questão ambiental no século XX com a emergência do ambientalismo, ocorrência de desastres industriais, questionamentos sobre uma vida mais saudável bem como previsões catastrofistas sobre recursos na Terra. O meio acadêmico e o movimento ambientalista passam a ter uma influência mútua, através de atores que transitam entre estes dois meios.

O contato com pessoas como José Lutzenberger, Augusto Carneiro, Hilda Zimmermann e Maria José Guazzelli (engenheira agrônoma do Centro Ecológico de Ipê com forte atuação em defesa da agroecologia, falecida em 2015) são descritos como importantes para o interesse no engajamento com a causa ambiental. O movimento ambientalista gaúcho emergiu durante a ditadura e seus precursores influenciaram uma série de novos ambientalistas que passariam a ter uma atuação mais marcante a partir da abertura política brasileira e redemocratização em 1985, quando o movimento ambientalista passa a ser assimilado por diferentes partidos políticos, como também ocorreu em demais partes do Brasil (LOSEKANN, 2014). Esses expoentes iniciaram sua atuação no período que Viola & Nickel (1994) classificaram como formativo do ambientalismo brasileiro (1971 a 1986), estando os ambientalistas que passaram a atuar após a redemocratização inseridos no período denominado “recente”, de 1987 em diante.

Além desse contato próximo através de palestras, reuniões e debates, as produções escritas de autoridades ambientalistas gaúchas também aparecem como influências importantes.

A Ana Primavesi tem o texto que mais me impressionou (Melgarejo). [...] eu li a biografia do Carneiro. Os dois livros que o Carneiro fez eu li, depois eu li a biografia do Lutzenberger e livros que ele escrevia. O Lutz escreveu vários livros, “Manifesto Ecológico Gaúcho”, “Do Jardim ao Poder”... Enfim, uma série de livros (Edi). [...] o próprio livro “O Fim do Futuro” do Lutzenberger foi importante, “Meio Ambiente e Ecologia” do Mário Guimarães Ferri também. E aí depois eu comecei a ler sobre os naturalistas, [...] sobre o Rambo... Aí comecei também a ver que as coisas se fechavam (Brack).

Um curso de educação ambiental ministrado por componentes da Agapan em dezembro de 1982 também é citado como influência.

Então a gente fazia um curso que era de caráter prático, ou ele levava a gente para fazer um passeio no Guaíba, ou ia num morro, no caso nós fomos no Morro Santa Teresa em PoA. [...] Então pra tu entrar no movimento ecológico era interessante tu saber o que envolvia aquilo (Edi).

Identifica-se, portanto, que a aproximação ao ambientalismo gaúcho institucionalizado é influenciada por pelo menos três fatores: contato direto e/ou aprendizado com militantes do ambientalismo gaúcho mais antigos, seja expoentes que alicerçaram a

tradição ambientalista no Estado, seja componentes da nova geração de ambientalistas influenciados por eles; leituras de textos, livros e artigos feitos por ambientalistas gaúchos (acesso que antigamente era praticamente restrito somente às obras de Roessler e Rambo); e experiências marcantes motivadas através de um espaço educativo, seja uma palestra no ensino médio, um curso de educação ambiental ou uma atividade durante a faculdade, como foram citados. Esses três fatores estão inter-relacionados, percebendo-se um circuito virtuoso de atividades que consolidam a inserção desses militantes nas entidades ambientalistas.

#### 4.2 O MOVIMENTO EM UM ESPECTRO POLÍTICO, SUA CONCEPÇÃO APARTIDÁRIA E CARÁTER SOCIAL

O movimento ambientalista gaúcho, sob liderança da Agapan de certa forma legitimada durante os anos 70 e 80, não possui atuação ligada diretamente a nenhum partido político. Isso se deve não apenas ao contexto de ditadura militar em que o movimento despontou, mas também deriva de uma estratégia para evitar incorporação por interesses alheios (CARNEIRO, 2006). A Agapan já foi acusada por críticos da entidade como Alfredo Sirkis (na época presidente nacional do Partido Verde) de procurar ser “apolítica”, devido à presença do termo no primeiro estatuto da entidade. Porém, Carneiro discordava dessa acusação, afirmando que a Agapan se considera política e que o termo “apolítica” foi um erro grave na construção do estatuto, sendo que deveria constar “apartidária”, assumindo o erro (CARNEIRO, 2006). Carneiro (2006) afirma que o movimento ambientalista não deve se enquadrar dentro de um espectro político de esquerda ou direita, mas sim seguir os valores do ecologismo como concepções centrais para a luta contra retrocessos ambientais e ameaças à conservação da natureza. Edi Fonseca, ao tratar da Agapan, comenta sobre os posicionamentos da entidade.

[...] a gente sempre teve essa causa aí suprapartidária, na verdade a Agapan é suprapartidária. [...] A causa ambiental faz com que em determinado momento, tu tenhas que te posicionar sobre algumas questões. Então por exemplo, a Agapan já se posicionou a favor de uma reforma agrária ecológica. E hoje o RS é um dos maiores exportadores de arroz orgânico dos trabalhadores sem terra. [...] as nossas lutas pareciam mais lutas da esquerda teoricamente, mas não, eram contra um sistema que estava ali vigente e que a gente tinha que se posicionar (Edi).

O suprapartidarismo da Agapan ainda se mantém, bem como o trabalho voluntário mantido pela contribuição de seus associados. Dagnino (2004) discute a responsabilidade que as ONGs tendem a perder para com a sociedade civil em detrimento da responsabilidade que assumem com agências que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviço. Isso é o que a Agapan procura evitar, pois, por mais bem-intencionada que uma entidade seja, ao manter laços estreitos com outros setores que não a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, sua atuação acaba traduzindo fundamentalmente o desejo de suas equipes diretivas (DAGNINO, 2004).

A ideia de que é necessário ir contra um sistema vigente também é salientada por Paulo Brack:

[...] hoje já tem clareza que dentro do capitalismo não tem saída. [...] nós temos que criar um movimento anticapitalista, e se o anticapitalismo não for uma bandeira importante, se a gente não tiver condição de fazer um debate questionando as bases do capitalismo, nós não vamos ter desenvolvimento sustentável nunca (Brack).

Foladori (2001) reafirma, como já é apontado pelo movimento ambientalista, que uma das exclusividades do modelo capitalista sobre a crise ambiental consiste em sua produção ilimitada através de um crescimento sem precedentes. Essa produção crescente não se relaciona necessariamente com crescimento demográfico e, por conseguinte, com a satisfação de necessidades, mas sim é o resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno do lucro. Além do mais, como aponta Carneiro (2006), a desigualdade social é responsável também por causar problemas ambientais. Nesse sentido, Foladori afirma que nunca antes existiu um sistema econômico onde gerar populações excedentes (os excluídos) é consequência natural e esperada.

Indo ao encontro ao discurso de que é necessário tomar partido em decisões, a fala de Melgarejo critica um posicionamento vanguardista que costuma ser admirado por parte dos ambientalistas e que é esperado deles.

[...] já escutei pelo menos duas vezes um colega da área ambiental fazendo uma citação de um jornalista carioca [...] que teria dito assim: “o ambientalismo não está nem à direita e nem à esquerda, está na frente”. Tenho escutado muito isso de alguns ambientalistas. E pra mim essa postura tem dois equívocos fortes: um é que quem está em cima do muro na verdade não está em cima do muro, está do lado mais forte, pois o lado mais forte é dono do muro [...]; a outra é que a posição em que é possível dar uma contribuição positiva à sociedade é estando “na frente”. Estar na frente, ser vanguarda, estar lá na outra

esquina é estar isolado, é estar sozinho, é não estar com a sociedade em seu processo de transformação (Melgarejo).

O trecho transcrito apresenta um fundamento importante que é a atuação junto a comunidades que tem cada vez mais conferido um caráter socioambiental à luta ambiental, tendo sido um tema recorrente nas falas das pessoas entrevistadas. De acordo com Carvalho (2008a), a visão socioambiental vê o meio ambiente como “um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais”. Nesta perspectiva o ser humano não é visto unicamente como culpado pelos problemas ambientais existentes, mas aparece como um agente que “pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural”. Segundo a autora, a visão socioambiental não vê a interação entre ser humano e natureza apenas como nefasta, mas sim podendo ser sustentáveis. Essa mudança de perspectiva da espécie humana em relação à natureza alinha o ambientalismo a outras lutas que concernem à sociedade civil.

A posição ambiental é uma questão fundamental dos direitos humanos. A defesa dos direitos passa pela defesa do meio ambiente. E a defesa dos direitos humanos passa também pelo direito à alimentação, pelo direito à escola, pelo direito à saúde. Então o espectro político que defende os direitos humanos é o espectro político com o qual o ambientalismo tem que se alinhar (Melgarejo).

Alinhar-se aos direitos humanos confere um caráter mais cidadão ao ambientalismo. Viola & Nickel (1994) defendem que existem amplas e importantes conexões entre os movimentos pela defesa dos direitos humanos e pela defesa do meio ambiente. Essa troca pode se dar na defesa do direito a um ambiente seguro e saudável, ecologicamente equilibrado. Outra contribuição que o ambientalismo pode fornecer é a ampliação da perspectiva de que a humanidade é parte da natureza, sendo uma espécie que evoluiu como as demais. Os autores apontam como preocupações que o movimento ambientalista deve ter no Brasil que concernem aos direitos humanos se relacionam à defesa dos povos indígenas frente à exclusão e injustiças que sofrem; exigir o poder da lei para barrar métodos utilizados por fazendeiros para adquirir grandes áreas de terra a serem desmatadas e transformadas em pasto; lutar por uma educação pública que forme um sujeito com consciência ambiental; a luta por uma nutrição saudável e justiça social aos cidadãos brasileiros e da erradicação da fome. O argumento desta última preocupação é interessante de ser analisado, pois os autores argumentam que crianças mal alimentadas tendem a abandonar a escola, logo o potencial da educação não pode ser satisfeito. O segundo argumento afirma que fome e falta de condições

de vida torna as pessoas “desesperadas” e “inclinadas a degradar o meio ambiente”. Assim, o sucesso do movimento ambientalista só poderá se concretizar quando os direitos humanos forem devidamente alcançados. E vice-versa. Segundos os autores, “se queremos avançar na direção de uma sociedade sustentável [...] as questões de direitos humanos e ambientais deveriam ser aproximadas o máximo possível” (VIOLA; NICKEL, 1994).

#### 4.3 MULHERES NO AMBIENTALISMO GAÚCHO

As primeiras mulheres ambientalistas de destaque do Rio Grande do Sul foram mulheres de classe socioeconômica alta, bem como parte considerável dos militantes nos primórdios do movimento nos anos 1970. Portanto pessoas que tinham acesso a locais de decisão privilegiados. Destacam-se Magda Renner e Giselda Castro pela atuação na ADFG e Hilda Zimmermann pela atuação na Agapan e na ANAÍ (Associação Nacional do Índio) a partir dos anos 1980. Melgarejo comenta sobre essas três ambientalistas.

Elas foram muito importantes. Não há dúvida. Elas cumpriram um papel sem igual naquela época. Elas eram pessoas da classe média alta que tinham espaço e visibilidade, porque muitas outras mulheres fizeram coisas semelhantes que passam despercebidas (Melgarejo).

Melgarejo então comenta sobre a agrônoma Maria José Guazzelli como uma grande ambientalista que não tem o reconhecimento devido. Guazzelli atuou à frente do Centro Ecológico de Ipê a partir de 1984 e também nos anos 80 participou da elaboração da Lei Estadual dos Agrotóxicos (7747/82), um marco da luta ambientalista em uma época onde a agroecologia começava a ganhar força.

Eu não tenho percebido um espaço tão grande para pessoas como a Maria José Guazzelli, como mulheres que militam no MST, como professoras dos cursos de nutrição que são pessoas importantes para o movimento ambientalista gaúcho, tenho visto mais homens terem essa visibilidade (Melgarejo).

A atuação da mulher campesina é então apontada como uma grande área de atuação das mulheres na causa ambiental.

[...] temos mulheres que estão no campo que fizeram ocupações nos plantios da Aracruz, etc, as mulheres campesinas que [...] estão numa causa que é socioambiental (Brack).

A luta das mulheres camponesas despontou no Rio Grande do Sul no final dos anos 1970, incluída num contexto de luta pela terra e contra a construção de barragens. O movimento rapidamente passou a lutar pelo enquadramento das mulheres camponesas como beneficiárias diretas da Previdência Social. Na década de 80 diferentes grupos de mulheres tinham destaque, não havendo necessariamente uma coesão ou total acordo entre estes grupos. O movimento das “Margaridas” se destaca nesta época, bem como o chamado movimento das “trabalhadoras rurais”. Estes movimentos tinham amplo apoio de agentes externos tamanha sua legitimidade. A década de 80 foi bastante expressiva no crescimento das mulheres em espaços de decisão e em encontros relacionadas ao meio rural. A partir de uma nova legislação em 1987, as mulheres passaram a ser representadas pelo Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Em 1988 a aposentadoria da mulher camponesa foi garantida aos 55 anos, incluindo outros benefícios como a licença-maternidade remunerada, direitos provindos do reconhecimento como “trabalhadoras rurais”. Atualmente o movimento possui menos visibilidade na mídia e luta pela saúde da mulher camponesa (afetada por sua dupla jornada de trabalho, no âmbito produtivo e doméstico), dentre outras pautas. Apesar do reconhecimento da desigualdade de gênero, o MMTR não faz reivindicações significativas nesse ponto como maior divisão no trabalho doméstico, igualdade na herança de terra e acesso ao conhecimento tecnológico moderno da produção agropecuária. Isso decorre a evitar confronto com seus parceiros homens (BRUMER; 2004).

Pensando no movimento ambientalista mais institucionalizado, a participação das mulheres na Agapan é vista por Edi como um ponto forte. Segundo ela, a entidade possui um viés igualitário em relação a participação de mulheres e homens, tendo havido sempre uma proporção semelhante nas composições do conselho. Entretanto, tendo sido ela a única mulher presidente da associação até hoje é um fato a ser considerado.

Na Agapan sempre participaram várias mulheres. A Agapan era uma entidade mais masculina, mas sempre na diretoria ao longo da história da Agapan, tu pode ver, sempre tinha uma mulher na diretoria da Agapan. Sempre teve cargos de diretoria de vice-presidente, secretária... sempre teve cargos na Agapan que era de uma mulher. Mas presidente só teve uma, que foi eu (Edi).

Entende-se então que existe uma lacuna em relação à luta das mulheres ambientalistas no Rio Grande do Sul. E isso é reconhecido também para outras grandes ambientalistas mundo afora. O ecofeminismo surge como alternativa para contribuir para a emancipação da mulher ligada diretamente a questões ambientais.

Eu penso que o ecofeminismo hoje, a nível mundial, ele tá tendo um papel importante e questionador. Yayo Herrero é uma das pessoas que sempre trago aí, a própria Vandana Shiva também. E querendo ou não acho que a gente nunca valorizou suficientemente a própria Rachel Carson que foi uma das pioneiras no questionamento dos agrotóxicos, da agricultura moderna. [...] A gente tem um débito muito grande com as mulheres. A gente muitas vezes fala dos homens. [...] (Brack).

Yayo Ferreira trata do ecofeminismo que critica o chamado capitalismo patriarcal, um sistema dominado pelo acúmulo de capital por poucos e dominado por homens. O ecofeminismo surge como uma teoria que aproxima a luta das mulheres e a luta pela conservação ambiental, luta necessária contra um sistema que “se construiu, se tem construído e se mantém por meio da subordinação das mulheres, da colonização dos povos ‘estrangeiros’ e de suas terras, e da natureza” (Rodríguez & López, 2010). O ecofeminismo vê a luta feminista e ambientalista como aliadas contra um sistema vigente injusto.

O débito citado por Brack, quando fala que mulheres costumam ser esquecidas, se encaixa na crítica realizada pela reportagem do jornal Sul21 (2016) feita por André Pereira sobre a baixa veiculação da notícia da morte de Magda Renner em grandes jornais, sendo que os que noticiaram o seu falecimento, o fizeram de maneira rasa e desrespeitando sua memória e sua luta, através de um discurso machista que coloca que Magda Renner teria sido simplesmente capitaneada por José Lutzenberger em seu ativismo ambiental.

Na luta ambientalista gaúcha as mulheres possuem grande contribuição, seja na luta mais institucionalizada ou no meio rural na prática cotidiana ou através da luta das mulheres do campo. Assim, destaca-se a contribuição das mulheres ao movimento ambientalista gaúcho mesmo com seu baixo reconhecimento. No que diz respeito à construção da cidadania, essa situação parece indicar que não há uma relação entre ambientalismo e redução da desigualdade de gênero. Entrevistas com mais mulheres ligadas à luta ambiental e análise documental mais profunda são requeridas para uma investigação sobre o assunto mais conclusiva.

## 5 PERCEPÇÕES SOBRE AÇÃO COLETIVA E CIDADANIA

### 5.1 RELAÇÕES COM A MÍDIA NO PASSADO E NO PRESENTE

Segundo Pereira (2018), o movimento ambientalista gaúcho durante a época da ditadura recebia muito mais atenção da mídia. A autora atribui essa grande cobertura da mídia nos anos 60 e 70 devido ao ambientalismo não ser considerado um tema “subversivo” em comparação a outros que representavam uma oposição ao regime mais direta. Havia militares ambientalistas, como o Almirante Belart que trocava correspondências com Lutzenberger (BONES, HASSE, 2002) Essa maior visibilidade auxiliava o movimento em alguns de seus objetivos.

[...] a temática ambiental não era entendida pelo governo militar ainda. Então primeiro era uma luta de pessoas que estavam defendendo a natureza, em nome do amor à natureza. E com o passar do tempo a gente conseguiu que a fábrica da Borregaard fosse fechada 24h em plena década de 70 por questão de poluição [...]. Então em plena ditadura. E hoje a gente não consegue fechar essa fábrica. [...] eles não podiam publicar outras coisas, então eles botavam essas coisas [*demandas do movimento ambientalista*] (Edi).

Atualmente alguns motivos ajudam a explicar essa falta de atenção recebida ou distorcida.

O que acontece hoje é que corporações dominam os meios de comunicação e se colocar contra elas significa perder espaço nos meios de comunicação. Por isso o movimento ambientalista tem mais oportunidades quando ataca coisas genéricas, coisas menos focadas. O movimento ambientalista dizendo “somos contra os agrotóxicos” é uma coisa, agora dizendo [...] “somos contra a Syngenta porque entendemos que o paraquat, a atrazina causam danos à saúde inaceitáveis”, esse tipo de postura que pode gerar retração de vendas, retração de mercado, que pode contrariar as campanhas de mídia, ele não tem penetração no meio jornalístico mais “porreta” (Melgarejo).

Esse questionamento das bases do modelo econômico que, segundo a fala de Brack é um modelo de exclusão, de concentração de mercado, afeta significativamente a veiculação de demandas ambientalistas na mídia convencional de grande alcance. Um exemplo local em relação ao movimento contra as hidrelétricas do rio Pelotas em 2012 é retratado em relação à veiculação que a Zero Hora deu a ele na época.

A gente saiu de uma mobilização lá do Ibama contra Paiquerê e “vamos lá pra RBS”. E os caras acabaram tendo que nos abrir as portas, fomos recebidos pela direção do jornal da Zero Hora. [...] Os

ambientalistas foram recebidos pelos caras e metemos pau: “você não tão divulgando e pá pá pá”, aí tinha toda a gurizada em volta lá. [...] Disseram “não tem problema, nós vamos divulgar”. Aí divulgaram, no outro dia apareceu uma foto da nossa mobilização com um monte de cartaz contra Paiquerê, mas aí tu vai ver todas as faixas estavam pela metade, não dava para ler tudo (Brack).

Jamais a Zero Hora botaria uma foto tremida e ainda botou uma foto que cortou frases. Uma coluninha desse tamanho, distorcendo totalmente a fala (Edi).

Em relação a estratégias para recuperar esse espaço, pontos que parecem dificultar essa finalidade são a falta de união entre os grupos ambientalistas organizados e o discurso catastrófico comum ao movimento.

É possível que haja um alinhamento com causas específicas, com temas específicos, como por exemplo a destruição da FZB. [...] Mas como não há uma estratégia de amplo espectro que seja aceita por todos os grupos, é mais difícil construir uma aliança de longo prazo. Acho que o MA tem que trocar duas coisas fundamentais: uma é a posição sisuda de que “nós sabemos, nós estudamos, olha só nosso passado”; e a outra é incorporar alegria no processo de comunicação. O MA tradicionalmente se apresenta como alguém que anuncia catástrofe (Melgarejo).

Essa imagem catastrófica que o movimento ambientalista possui se relaciona com diversas previsões feitas que acabaram não se concretizando. Carneiro atentava para esse erro, muitas vezes cometido pelo próprio Lutzenberger. Na fala do mesmo em entrevista concedida Janaina da Silva Augusto, Carneiro aponta que Lutzenberger “teve algumas visões erradas, principalmente no início quando era simpatizante dos catastrofistas, os primeiros ecologistas que não sabiam que viriam leis ambientais que prorrogariam a vida no planeta” (AUGUSTO, 2010).

Assim, a crítica ambientalista ao atual modelo de desenvolvimento econômico citando nomes de empresas e empreendimentos envolvidos com degradação ambiental parece contribuir para a pouca veiculação da causa na mídia. Em um país onde apenas 2,8% das famílias não possuem televisão em casa, por exemplo (IBGE, 2018), a veiculação de questões ambientalistas atingiria mais pessoas.

## 5.2 ENTENDIMENTO DAS LEIS AMBIENTAIS E PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DE DECISÃO

A prática cidadã implica que um indivíduo não apenas goze, mas também conheça seus direitos e as leis que regulam a sociedade e o Estado em que vive (ARAÚJO, 2016). Uma pessoa que atue na causa ambientalista terá um melhor conhecimento das leis ambientais e uma visão mais acurada de como elas são de fato aplicadas do que cidadãos alheios ao tema e sem formação e/ou especialização em direito ambiental. No Rio Grande do Sul isso é bastante evidente, havendo com frequência decisões que contrariam certas premissas da preservação ambiental. Ambientalistas tendem a perceber desastres e retrocessos ambientais iminentes pois os acompanham de perto.

Não tenho dúvida que as pessoas que estão preocupadas com o tema ambiental percebem mais claramente o absurdo que é a destruição da FZB, o absurdo que é essa mudança na legislação que o governador fez que permite que venenos que são proibidos nos países de origem sejam vendidos aqui no RS usando o argumento que são vendidos no resto do Brasil (Melgarejo).

A extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul foi anunciada em 2015 juntamente com outras fundações estaduais, sendo o decreto aprovado pela câmara de deputados no final de 2016. Entretanto, o Tribunal de Justiça do RS em outubro de 2018 suspendeu o decreto da extinção da FZB em caráter liminar. Tal decisão é válida até o julgamento do recurso que pede um plano de extinção, que não havia ocorrido até a publicação deste trabalho (G1, 2018). O fechamento da FZB foi uma pauta que uniu os ambientalistas gaúchos e ativistas sensíveis à causa, não tendo ocorrido uma grande mobilização por parte da população em geral como se dá com assuntos de outros caracteres. A FZB presta um serviço essencial à qualidade de vida da população gaúcha, atuando na construção do zoneamento ecológico do Estado, contribuindo com pesquisas sobre a fauna e flora, fabricando soros antiofídicos, dentre outras atividades. A conservação e importância do bioma Pampa, reconhecido como bioma apenas em 2004 (IBGE, 2004), também é uma pauta em geral mais sensível aos ambientalistas, pelas ameaças que sofre atualmente em virtude do denominado progresso econômico, tendo como principal ameaça a silvicultura de celulose que, além de afetar a dinâmica do bioma em si, também tem causado prejuízo econômico na pecuária e produção de leite na região (PILLAR *et al*, 2009; ECOAGÊNCIA, 2010).

Mais do que a pesquisa e leitura da legislação ambiental em si, a participação em conselhos ligados ao meio ambiente mostra-se como uma importante forma para entender como funciona a aplicação das leis ambientais, pelo menos em nível estadual. Participar desses conselhos contribui também para entender o argumento dos setores econômicos que em geral possuem interesses contrastantes com os ideais ambientalistas.

[...] os conselhos dão um espaço de entendimento da legislação, você tem que estar bem preparado para fazer um embate porque os setores que estão presentes lá na sua maioria são setores vinculados ao capital degradador, vinculados a governo, então a gente é a minoria, sempre é a minoria nesses conselhos (Brack).

A participação em conselhos ligados ao meio ambiente então fornece um conhecimento técnico e uma noção dos diferentes interesses e poderes ligados à questão ambiental, sendo também uma contribuição para a formação de biólogos, agrônomos e outros profissionais. Brack comenta que sugeriu a muitos de seus orientandos da pós-graduação que participassem desses conselhos para terem esse acréscimo em sua formação, porém o que ele chama de “produtivismo perverso da universidade” impede que esses alunos tenham tempo para se dedicar de forma satisfatória a essas funções.

O desconhecimento da legislação ambiental é desvantajoso à luta ambientalista e pode estar associado com a falta de renovação de ativistas ambientais no Rio Grande do Sul. Entretanto, profissionais que compuseram espaços de decisão ligados ao meio ambiente tornam-se mais capazes para trabalhar depois em outras instâncias como ICMBio. Brack explica isso utilizando o InGá como exemplo.

Grande parte dos fundadores do Ingá foram para o ICMBio e o Ingá ficou desfalcado, estão trabalhando. Então o que aconteceu, a gente ficou desfalcado, mas acho que foi importante a participação nas ONGs, a participação nos conselhos para se preparar depois profissionalmente (Brack).

A participação em conselhos, entretanto, não é vista com unanimidade como uma forma eficiente de ação, nas condições atuais. Edí, quando foi presidente da Agapan, posicionou-se contra a participação da entidade em conselhos ligados ao meio ambiente, postura que a Agapan mantém até hoje.

Seguinte: foi no [...] último mandato meu na Agapan [...] Eu me posicionei contra a gente participar de conselhos. Aí teve uma reunião do conselho da Agapan, aí a gente fez essa reunião e o conselho da Agapan então se posicionou contra a participação em conselhos.

Porque a gente perdia muito tempo, a efetividade era mínima, não revertíamos nada dos projetos que queríamos reverter. Um desgaste muito grande e o tempo perdido também nesses conselhos (Edi).

Furriela (2002) aponta que, em se tratando de conselhos estaduais, alguns exercem um papel figurativo, não operando na prática, enquanto outros são mais ativos, apresentando-se como instâncias de discussão, participação e negociação social. A visão de Edi (que representa a posição atual da Agapan) e a fala de Brack sobre não haver espaço para um debate ambientalista no CONSEMA expressam que o conselho se encaixa na categoria de papel figurativo. Entretanto, ambos possuem diferentes visões de como agir nestes espaços, se dividindo entre se ausentar deles e focar a luta em outras instâncias ou seguir tentando modificar o caráter do conselho. Melgarejo tem uma visão que se assemelha a de Brack.

Eu acredito que devemos participar de todos os espaços. Na minha interpretação a gente tem que falar onde tiver alguém que nos escute. Temos que ocupar todos os espaços onde for possível. Eles dizem assim eventualmente, os que são contra: “isso é chancelar, é validar o conselho”. Não é não [...]. Isso é manter dentro do conselho a dissonância, é colocar nas atas do conselho a manifestação de que a sociedade não está conforme com aquilo, é impedir que as votações sejam unânimes. Isso é ser derrotado com dignidade (Melgarejo).

### 5.3 O CLAMOR POPULAR COMO PARCEIRO

O movimento ambientalista cada vez mais tem se tornado socioambientalista em suas pautas e discursos. Atuar junto a comunidades hoje se faz extremamente necessário e vital para a própria continuidade da luta por uma meio ambiente saudável para todos os seres vivos e que mantenha a continuidade dos processos ecológicos. Na fala de Edi, é descrito um pouco da atuação da Agapan junto à comunidade do município de Guaíba atingida pela poluição da empresa de papel Celulose Riograndense.

[...] nós da Agapan, a gente atua muito junto ao pessoal da comunidade de Guaíba que são os atingidos pela CMPC [*Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones*]. A gente acompanha eles nas audiências públicas. Fizemos um Agapan Debate lá em Guaíba, na comunidade duas vezes, falamos sobre a temática da poluição, a gente tá sempre acompanhando todo o processo, sempre mesmo (Edi).

Como já foi mencionado, a Celulose Riograndense ocupa o espaço da antiga empresa norueguesa Borregaard que representou um importante ganho do movimento ambientalista

gaúcho nos anos 70, quando foi fechada devido ao péssimo destino que dava aos seus resíduos e a pouca preocupação com a emissão desordenada de poluentes no ar. Entretanto, posteriormente as estruturas da empresa foram estatizadas. Para casos como esse o clamor popular foi uma importante ferramenta de luta contra um retrocesso ambiental e se aliar ao povo é uma estratégia que deve cada vez mais ser adotada pelo movimento.

Acho que chamar as pessoas, o movimento ambientalista quer fazer, mas chamar não funciona. [...] O movimento tem que ir até grupos de pessoas, se incorporar, ajudar as pessoas que estão em grupo fazendo alguma coisa porque não há nada que se faça em grupo que não tenha a ver com o ambientalismo (Melgarejo).

A já mencionada relação que o ambientalismo precisa ter com os direitos humanos é retomada nessa fala, bem como a necessidade de o ambientalismo estar junto com a sociedade e não à frente dela. A atuação coletiva e organizada é primordial às ações ambientais e em geral é mais eficaz (com algumas exceções, como os protestos feitos por Miguel Abellá em São Paulo nos anos 1980).

Tu imagina assim a Lomba do Pinheiro, que é um lugar em que para alguns lados há problemas de erosão. Tem que recuperar solo, lugar que tem problema de esgoto. E é um lugar que tem problema de alimentação. Então o movimento ambientalista tem muito o que contribuir com aquelas populações, pode ajudar nas discussões sobre saneamento, pode ajudar na construção de hortas, pode ajudar no levar algo que auxilie numa demanda de vivência das pessoas. Se fizer isso, se incorporando em apoio a alguma ação sentida como necessária por eles, o ambientalismo vai ser escutado nos seus outros discursos (Melgarejo).

Em decorrência da baixa atenção que a mídia corporativa tem dado à causa ambientalista no Rio Grande do Sul, tão importante nos anos 70 e 80 e que colaborava para mobilizações em favor do meio ambiente, a atual estratégia para se aliar à população é atuar juntamente com ela. Uma situação envolvendo uma lei municipal que proibia o uso dos carrinhos por papaleiros em Porto Alegre é apontado como um exemplo atual desse envolvimento do movimento ambientalista com a população não ligada diretamente/institucionalmente ao movimento.

Um exemplo é o caso dos papaleiros. [...] estava sendo votada uma lei que impedia que os catadores, os recicladores de Porto Alegre de carregar os papalões em carrinhos. Cavalos já não podia mais. Então nosso grupo [*refere-se ao coletivo A Cidade que Queremos - CCQQ*]

foi dizer, dizemos também na Câmara de Vereadores o óbvio: essas pessoas fazem um trabalho gratuito de interesse coletivo. Todo o papelão que eles retiram da cidade deixa de entupir bueiro, então evita alagamento, é nosso interesse. E outro é que só na cooperativa que tínhamos maior afinidade por também participar do CCQQ havia 200 famílias vivendo da reciclagem e que eram famílias que chegaram nesse tipo de vida porque não se apresentaram outras oportunidades melhores. Inclusive pessoas que tiveram um erro no passado em virtude de uma vinculação com algum tipo de deslize social e que não estavam conseguindo carteira assinada. Mas são pessoas que estavam vivendo bem da reciclagem e precisavam de apoio porque é mais forte qualquer discurso que chega na Câmara de Vereadores se chegar com pessoas, com o eco de pessoas de várias categorias sociais. E ao mesmo tempo eles prestam um papel claramente ambiental e se nós nos incorporávamos na demanda deles, eles se incorporavam nas nossas demandas que para eles até ali eram distantes e por isso passam despercebidas (Melgarejo).

A vitória dos catadores de lixo de Porto Alegre se deu com a derrubada do veto do prefeito da cidade pela câmara de vereadores ao projeto de lei que estendia até 2020 a permissão do uso de carrinhos para transportar os materiais a serem reciclados, dando tempo para que novas tecnologias sejam pensadas e implementadas para substituir os carros usados atualmente, bem como a democratização da gestão de resíduos na cidade que hoje é privatizada (GAÚCHA ZH, 2017). O CCQQ, que se juntou à luta dos catadores, atua na capital gaúcha sob o lema “somente com a participação popular é possível construir a cidade que queremos” e tem como objetivos lutar para a melhoria do transporte público da cidade, discutir a função social da cidade e da propriedade, repensar o uso dos espaços públicos e lutar por uma gestão democrática de Porto Alegre (COLETIVO A CIDADE QUE QUEREMOS, s/a).

A atuação conjunta entre o movimento ambientalista e outros movimentos sociais é visto como algo “moderno” por Melgarejo e que contribui para a popularização do ambientalismo. É citado também o coletivo Ambiente Crítico como um movimento atual que se integra às comunidades. O coletivo tem como áreas de atuação a revisão do plano diretor de Porto Alegre com participação popular através de um mapeamento das necessidades de cada bairro, projetos com educação ambiental crítica, luta pela preservação de áreas naturais sob ameaça em Porto Alegre, dentre outras formas de ação (COLETIVO AMBIENTE CRÍTICO, s/a).

#### 5.4 UM CONJUNTO DE FORMAS AÇÃO COMPÕEM A ATUAÇÃO AMBIENTALISTA CIDADÃ

O movimento ambientalista, sendo tão amplo nas questões que abarca, conta com diferentes formas de ação utilizadas por diferentes atores em determinadas situações. Algumas ações exigem um trabalho contínuo para atingir um objetivo enquanto outras são bastante pontuais. A educação ambiental é um exemplo de ação não restrita ao movimento que exige um trabalho contínuo em sua essência. Ela é definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Art. 2º) como sendo uma dimensão da educação que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (MMA, s/a). Inclusive Zekrzevski e Sato (2006) apontam a ascensão do ambientalismo no Rio Grande do Sul nos anos 1970 como grande influência para as mudanças nas diretrizes educacionais do Estado, passando a educação ambiental a ter cada vez mais espaço e importância, atingindo nos anos 1990 o caráter de tema transversal a ser trabalhado em todas as etapas da educação básica. Essa transversalidade é apontada por Edi como o ideal da educação ambiental.

Sou contra essa coisa de se colocar a EA até como disciplina, “vamos trabalhar só em ciências, só em biologia”. Acho que ela tem que ser trabalhada em geografia, em história, português. Dentro da escola tem que ser trabalhada em tudo, educação ambiental é um modo de vida. Tem caráter pedagógico permanente, tu está sempre aprendendo, nunca deixa de aprender (Edi).

A visão de Edi é contemplada em partes pela Elaboração dos Parâmetros Curriculares em 1997 pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, onde o meio ambiente passa a ser incluído como um dos temas transversais (Carvalho, 2008a). A autora faz uma ressalva sobre a educação ambiental não apenas criticar a relação da nossa sociedade com o meio ambiente, mas também criticar a compartimentalização do conhecimento em disciplinas, provocando mudanças nas concepções e práticas pedagógicas.

É comentado também sobre o impacto na educação ambiental no RS com a extinção da FZB que promovia diversas ações de educação ambiental, como os eventos chamados Ciência na Praça em que as pesquisas feitas pela fundação eram levadas para espaços públicos e compartilhadas com a população.

Fundamental e renegada [*a educação ambiental*]. Mal trabalhada. Esse é um dos trabalhos que a FZB fazia e que quase ninguém faz agora com esse trabalho que foi suspenso (Melgarejo).

A crítica à educação ambiental feita por Carvalho (2008a) entende que a educação ambiental ideal forme o chamado “sujeito ecológico”, um cidadão que possua uma postura ética de crítica à ordem social vigente de um sistema baseado na exploração ilimitada de recursos ambientais, bem como na manutenção da desigualdade e exclusão social e ambiental. Os educadores que trabalham a educação ambiental em suas práticas educativas, passam a ser portadores de ideais de um sujeito ecológico. Em relação a esse ideal defendido por Carvalho (2008a), Brack não vê a educação ambiental atualmente cumprindo esse papel, não apenas por uma falta de questionamento, mas também por uma falta de investimento por parte do Estado, citando um caso municipal como exemplo.

[...] a educação ambiental até hoje eu não vi indo na raiz do problema, a questão econômica, ela ainda não avançou, ela tá muito focada em questões muito particulares. [...] ela não se coloca para fazer um questionamento mais profundo do modelo atual.

[...] parte daquilo que a gente chama de educação ambiental formal, ela depende de professores valorizados e hoje a gente tá vendo esse desastre todo aí, então é meio complicado. A não formal em grande parte depende das ONGs, as ONGs muitas vezes têm que buscar recursos para sobreviver. Nós tínhamos em Porto Alegre e o Ingá conseguiu pelo menos duas vezes, o fundo municipal de meio ambiente que foi uma luta que a gente conseguiu conquistar a nível municipal, 10% do fundo seria pra fazer editais para as ONGs concorrerem para fazer educação ambiental. [...] Os fundos são importantes para manter recurso para EA, mas hoje tá difícil porque estamos vivendo também o estrangulamento das opções, até por uma política deliberada de tirar recursos de quem mais precisa (Brack).

Entende-se então que educação ambiental envolve mais coisas do que boa intenção e ideias inteligentes. São necessários recursos e investimentos em educação ambiental, uma ação que o movimento ambientalista pode contribuir com suas mobilizações para garantir que esses recursos se mantenham. Isso além da própria prática em si feitas por ONGs e outras entidades ambientalistas.

Em relação a denúncias a instâncias públicas, outra estratégia ambientalista, não houve um consenso quanto à efetividade desse tipo de ação. Edi vê essa ação como não efetiva devido à, segundo ela, pouca atenção que o Ministério Público (MP) fornece aos

problemas que recaem sobre a sociedade, atribuindo isso às forças políticas que possuem mais peso dentro do órgão.

A gente [Agapan] já teve várias ações no Ministério Público (MP), e ele sempre tenta fazer um termo de ajustamento de conduta, sempre tenta dar uma volta, é difícil de indicar algo definitivo na luta nossa. Muito difícil o MP se posicionar efetivamente a favor da sociedade. Muito, muito difícil.

As forças políticas que a gente denuncia na assembleia legislativa, na câmara de vereadores, leva para o MP, para o tribunal de justiça as ações, mas ela não tem uma efetividade. Não tem (Edi).

Melgarejo reconhece que os trâmites dentro do MP são bastante lentos e acredita que a efetividade das denúncias se dão através do seu acúmulo dentro do órgão. Por ser mais ligado a questões que envolvem agricultura, ele cita um órgão público que atua sobre denúncias relacionadas a agrotóxicos.

Acho fundamental [as denúncias]. Existem instâncias que são mais lentas mas o acúmulo de denúncias vai possibilitar reações mais objetivas com o tempo. Do ponto de vista dos agrotóxicos, existe o Fórum Gaúcho de Combate ao Impacto dos Agrotóxicos que deve ser procurado, que envolve o membros do ministério público do trabalho, membros do ministério público federal e membros do ministério público do Estado. E são membros que são minoritários nas suas instituições porque majoritariamente funcionários públicos são enviados nesses temas de interesse coletivo.

Segundo o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos constitui-se em um espaço permanente, plural, aberto e diversificado de debate de questões relacionadas aos impactos negativos dos agrotóxicos na saúde do trabalhador, do consumidor, da população e do ambiente, possibilitando a troca livre de experiências e a articulação em rede da sociedade civil, instituições e Ministério Público.

Brack aponta ganhos que já existiram por conta de denúncias a instâncias públicas.

A gente teve ações com o Ministério Público Federal, por exemplo, em relação às hidrelétricas do [rio] Uruguai, nós tivemos um êxito, conseguimos interromper o licenciamento da hidrelétrica de Panambi. O Ingá conseguiu isso, faz 3 anos. Nós encaminhamos muito bem embasado o que representaria a hidrelétrica de Panambi, ela iria inundar uma parte do Parque Estadual do Turvo. [...] Então as nossas vitórias são parciais, mas essas vitórias significam encaminhamentos que a gente faz ao MP, na justiça, alguma coisa a gente ganha (Brack).

A hidrelétrica de Panambi seria construída na região Nordeste do Estado. Seu licenciamento ambiental segue suspenso desde 2015 através de uma decisão liminar. Em 2017, através de uma ação civil assinada em conjunto pelo Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS). Uma audiência pública foi realizada na cidade de Porto Mauá, que seria atingida pelo alagamento da barragem, estando a maioria da população também contra o empreendimento (G1, 2017). De acordo com Benjamin (1992), o Ministério Público tem tutelado o meio ambiente em todas as suas dimensões: preventiva, reparatória e repressiva. Apesar de destacar que o órgão recebe “aplausos” até mesmo em nível federal, o autor reconhece que o MPF deve ser passível de crítica enquanto se encaminha a um maior amadurecimento, tendo em vista ainda não ter conseguido evitar radical ou substancialmente a devastação ambiental que ocorre em todas as regiões do Brasil.

O contato direto e parcerias com representantes do poder público, o que envolveria relações com pessoas que ocupam cargos políticos, secretários do meio ambiente, dentre outros, é uma atividade corriqueira na luta ambiental mais institucional e burocrática, tendo em vista que estas pessoas possuem poder de decisão frente à questões ambientais. A cautela nessas relações é comentada por Melgarejo com a intenção de evitar cooptação para beneficiar interesses distantes da causa ambiental de outros setores.

Seria muito interessante uma parceria com os representantes do poder público se o poder público não se apropriasse do trabalho e não direcionasse a parceria no interesse privado [...]. É necessário, mas com cautela porque há uma possibilidade muito grande cooptação (Melgarejo).

Panoramas a nível municipal (cidade de Porto Alegre), estadual e federal são dados para fornecer alguns exemplos de como tem sido a ausência de parcerias atualmente.

*[a nível municipal]* Nós tivemos uma experiência interessante no COMAM. [...] a gente tava tentando encaminhar uma resolução para as espécies da flora ameaçada. Os técnicos nos chamaram, nós demos palestras, eles tavam achando bom isso. Só que o que aconteceu: com o governo Marchezan [...] isso foi interrompido, infelizmente. Nós estávamos tentando construir coisas lá em consenso com a prefeitura. A nível Estadual não [...] temos uma condição de ter uma boa relação, não tem espaço para discussão. O governo Sartori, no seu plano de governo, não tem [...] uma linha falando em meio ambiente. Então meio ambiente para esse governo atrapalha. [...]. Não existe espaço a nível Estadual.

A nível Federal eu fiz parte lá do CONAMA e tentei conversar com o pessoal do MMA, inclusive com a Izabella Teixeira que foi ministra lá, a gente conseguiu um espaço para falar sobre Paiquerê. [...] A gente tinha um espaço de ser escutado dentro do governo. Se eles respeitavam, ou levavam em consideração aquilo que a gente falava, muito pouco. Mas a gente era escutado. Com esse governo aqui [*governo Temer*] nem escutado a gente é (Brack).

Parcerias com representantes do poder público então tem sido uma forma de ação com poucas possibilidades de efetividade. O movimento ambientalista caracteristicamente sempre acaba sendo oposição ao governo e travando uma luta mais externa a ele, ainda que haja partidos que levantem a bandeira ambientalista. Assim, o descontentamento que o movimento já possui em relação ao poder executivo se reflete nos espaços de discussão e deliberação de questões ambientais, pois acaba seguindo a mesma inclinação dos governantes.

O movimento ambientalista gaúcho possui um histórico com ações diretas. A subida na árvore pelo estudante Dayrell em 1975 é um marco na história do movimento bem como a subida na chaminé da Usina do Gasômetro em 1983 para evitar que a especulação imobiliária construísse prédios no local. A importância em esse tipo de ato ser feito coletivamente é apontada como primordial.

Acho que a ação direta é fundamental mas acho que não há espaço para ação direta individual. [...] mais importante que a ação individual são as ações coletivas em defesa dos direitos humanos, nessas ocupações urbanas que nós temos. Todas essas ocupações são ocupações, pelo que me parece, de interesse ambiental e que devem ser apoiadas e aprovadas. Vou te dar um exemplo: os Lanceiros Negros aqui em Porto Alegre, a Mirabal das mulheres, teriam tido mais sucesso se contassem com apoio das organizações ambientalistas. [...] Acho que as ações individuais são perigosas e são pouco efetivas, mas as ações coletivas são fundamentais e protegem os indivíduos bem intencionados. Então se deve trabalhar em grupo (Melgarejo).

Melgarejo aponta que há muitos espaços abandonados em Porto Alegre acumulando lixo e pragas que tencionam em ameaçar a saúde pública. Ele aponta que a ocupação desses espaços por ambientalistas pode ser uma ótima estratégia do movimento.

Precisaríamos que mais grupos de ecologistas ocupassem esses espaços para fazer hortas, plantar flor, gerar um constrangimento com o serviço público da cidade que hoje desocupa a pau essas pessoas que estão ocupando esses lugares (Melgarejo).

Os acampamentos feitos sob árvores que a prefeitura de Porto Alegre e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul pretendiam cortar em 2013 para as obras da Copa do Mundo também foram lembradas como ações diretas importantes e recentes. Neste movimento, ocorreram prisões de manifestantes, tendo havido, segundo relatos, 150 policiais do Choque para cada 30 manifestantes no dia do confronto (Sul21, 2013). Havendo, inclusive, uma consideração sobre essas pessoas não comporem o movimento ambientalista institucionalizado.

Teve a gurizada, na verdade não foi o movimento ambientalista (que só deu apoio), que acamparam pela não retirada das árvores da Copa, a quantidade de árvores que foram retiradas foi reduzida, teve um impacto menor (Edi).

A importância do curso de Biologia da UFRGS é citada como um atuante do movimento ambientalista e que teve papéis importantes através de ações que culminaram em ganhos.

A Biologia teve muitos papéis, ampliação da Reserva Biológica do Lami, bicicletada que eles fizeram, canoada... O Parque Estadual de Itapuã (PEI) o pessoal da Bio teve papel importante através da CLEPEI, a Comissão de Luta pela Implantação do PEI, que era o pessoal da Bio em grande parte, mais de 50% era o pessoal da Biologia. [...] aquela mobilização que o pessoal [da CLEPEI] fazia na rua e etc, eles conseguiram que o parque fosse implementado com 5000 ha. [...] eu acredito em ações diretas, mas tem que ter cuidado porque nós vivemos um momento fascista (Brack).

Assim, parece haver um consenso em agir um pouco fora das vias institucionais que são tão corriqueiras dentro do movimento ambientalista. Os protestos pacíficos também são indicados como formas efetivas de ação.

[...] [*os protestos pacíficos*] tem que ser fortes, até escracho às vezes tem que fazer, deboche às vezes também, mas não apelar para coisas que possam ser contrárias a nós. [...] não exercer violência [...]. Se o povo não entendeu o que tá sendo feito, aquilo pode ser um tiro no pé (Brack).

[...] super a favor [*do protesto pacífico*]. O protesto de rua é pacífico até o momento em que pessoas que querem transformar ele em não pacífico se mesclam no grupo pacífico e geram um fato que justifique a repressão (Melgarejo).

A violência é entendida como negativa para o movimento em qualquer sentido.

Eu sou contra a violência. Esse tipo de ação violenta não repercute positivamente de forma nenhuma. Pacífica acho que tu sempre vai ter maior ganho do que incendiar, queimar. Sei que ações foram feitas assim. O MST por exemplo nas peleias lá com os transgênicos, foi uma que deu uma mexida. Claro que foi uma coisa impactante mas dentro daquela luta deles. Agora eu como movimento ecológico acho que não faz parte na nossa luta a violência (Edi).

Compor o movimento ambientalista faz com que seus membros lidem com diferentes formas de ação e criem estratégias sobre quais sejam as mais efetivas de acordo com contexto da luta em questão. Enquanto há unanimidade sobre a efetividade de algumas (como protestos pacíficos, ação junto à comunidades, ação direta coletiva), outras não são vistas da mesma forma (como participação em conselhos ligados ao meio ambiente e denúncias a instâncias públicas).

## 5.5 A VISÃO SOBRE CIDADANIA PELOS AMBIENTALISTAS

O conceito de cidadania apesar de atualmente ser bastante utilizado no Brasil quando se refere à sociedade em geral e direitos, não é entendido exatamente da mesma forma pelas pessoas. Quando perguntados sobre o que entendiam por esse termo, a relação com a vida urbana foi ressaltada.

[...] ele [*o conceito de cidadania*] tem um juízo de valor, como dizendo que é dentro da cidade porque cidadania vem de cidade em oposição à selva, será que não? [...] eu não gosto muito desse termo. Até acho que teve um papel importante, mas nós vamos ter que achar outro nome. O que a gente chama de cidadania, por mais que o conceito pode estar, digamos assim, não perfeito, ele representa em parte o que a gente espera das pessoas. Que as pessoas se envolvam com as questões e não fiquem criticando somente [...]. A gente tem que ir para a mobilização (Brack).

A raiz é apresentada como algo associada à vivência ao espaço urbano, à cidade. Mas o fundamento é outro, o fundamento está associado novamente com os direitos humanos, aos relacionamentos entre as pessoas e das pessoas com o meio ambiente num sentido de que se os direitos humanos são para todos, eles incorporam deveres que também são para todos, de forma que ninguém pode ter direito

sem dever e dever sem direito. E a cidadania é o contrato social que estabelece esses limites, dos direitos e deveres de cada um. A cidadania está associada a uma ação coletiva (Melgarejo).

Segundo Macagno (2003), de fato os conceitos de cidadania e cidade são “mutuamente inteligíveis, sendo difícil pensar uma sem a outra”. Martins (2000) comenta sobre a etimologia da palavra cidadania remeter à cidade, seja na sua matriz latina (“civitas”) ou grega (“pólis”, que deriva o termo “político”). Na Grécia antiga, onde teria surgido o termo, os cidadãos eram os que podiam votar e ter participação nas decisões políticas, ao contrário dos excluídos, estrangeiros residentes e escravos. Assim, os entrevistados parecem remeter à essa origem da palavra que hoje possui um sentido diferente no contexto dos movimentos sociais brasileiros. A relação com mobilização, direitos humanos e luta por direitos é expressa, remetendo a esse caráter, por assim dizer, “militante” em que a cidadania pode ser aplicada. Melgarejo comenta sobre a cidadania estar associada a uma ação coletiva, mas atenta também a “ações cidadãs” que se situam no âmbito da ação individual, seja recolhendo seu próprio lixo, seja se despidendo de preconceitos e apoiando causas alheias.

Ambientalista que não recolhe o lixo, ambientalista que não é a favor dos catadores, dos recicladores, não é ambientalista bem informado. Portanto a consciência ambiental é uma consciência ecológica que envolve as relações sociais e que de novo exige tomar partido. Tem os direitos humanos, mas tem também os direitos dos animais, que é uma outra fase superior a ser alcançada (Melgarejo).

Essa “fase superior” que Melgarejo se refere parece se relacionar com o ideal do sujeito ecológico descrito por Carvalho (2008a) quando trata sobre educação ambiental. Na concepção da autora, a educação ambiental deve ser tratada como uma educação crítica voltada para a cidadania a fim de resolver os problemas socioambientais que decorrem da desarmonia entre sociedade e natureza. Como Melgarejo se refere em outro trecho referido anteriormente, “a cidadania está relacionada a uma ação coletiva”. Carvalho (2008a) trata do meio ambiente como um bem coletivo, garantido pela Constituição Federal (artigo 225) onde consta que todos têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado. Entretanto, os modos de acesso aos bens ambientais têm sido destinados aos interesses privados que geram agressões ambientais. De acordo com a autora, lutas populares emancipadoras, como a luta feita por grupos indígenas, grupos quilombolas ou, para citar um caso específico, a luta de Chico Mendes junto aos seringueiros, podem ser elementos-chave na construção de uma

cidadania ambiental ao estabelecer uma ponte de diálogo entre reivindicações populares e ambientais.

Quando perguntada sobre cidadania, Edi remete à já discutida ação em conjunto com comunidades que tem sido cada vez mais popularizada no ambientalismo gaúcho. Isso reflete a intrincada relação que o ambientalismo e outros movimentos têm construído, como Lopes (2006) aponta quando afirma que a causa ambiental tem sido incorporada por movimentos feministas, indígenas, dos sem-terra, dentre outros.

[...] a luta ambiental não pode só ficar nesse nicho dela que é o ambientalismo, ela tem que ir para a moradia popular, ela tem que ir para junto dos sindicatos, ela tem que extrapolar apenas os ambientalistas. Se a gente não faz isso, a nossa luta é restrita e a gente não tá lutando só por nós, a gente tá lutando por uma sociedade melhor para todos, por um modelo de desenvolvimento civilizatório que seja ecologicamente equilibrado para todos. E nós temos vários cientistas da Agapan [...] são cientistas cidadãos que atuam na área ambiental levando o seu conhecimento técnico-científico para as comunidades onde participam. (Edi)

A entrevistada volta a remeter à Agapan, dessa vez apontando o papel técnico em prol da população e do meio ambiente desempenhado pela entidade de maneira a gerar conhecimento e contribuir para melhorias de vida e construção de pareceres técnicos bem embasados evitando, assim, empreendimentos e/ou decisões que causem danos irreparáveis à natureza.

Na visão ambientalista, o conceito de cidadania parece ser ampliado para a natureza como um todo. Assim como Coutinho (2005) afirma que a cidadania plena só é atingida em uma sociedade sem classes, onde a atuação política é igualmente possível a todos os seus componentes, a fala de Melgarejo parece expandir essa ideia para todas as espécies ao afirmar que não existe uma espécie superior e não existe uma espécie “campeã”.

[...] a defesa dos ecossistemas, a defesa da vida, exige uma percepção básica: não há espaço para espécies campeãs, nem no gênero humano, não tem lugar pra coronel, e nem no campo, não tem lugar para lavouras de eucalipto, para lavouras de soja que ocupam quilômetros. Isso só é possível à força, numa guerra contra a natureza. (Melgarejo)

O entendimento de ambientalistas sobre cidadania engloba a consciência da necessidade de mobilização coletiva para a garantia de direitos e um ambiente ecologicamente equilibrado. Conclui-se que a ação cidadã do movimento se dá, como já discutido

anteriormente, pelo alinhamento aos direitos humanos e a outros movimentos sociais que se relacionam com a questão ambiental. A preocupação por todas as formas de vida e entendimento de que não existem espécies superiores aparecem como princípios cidadãos que o ambientalismo se empenha em defender, o que reforça a importância que questões éticas possuem sobre o movimento.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ambientalismo e cidadania são temas complexos. Ao longo deste trabalho, procurou-se relacioná-los da melhor forma possível, porém há muitos processos operando na realidade da prática que a teoria ainda procura entender. Até onde exatamente vai o ambientalismo em seu campo de atuação? É eficiente seguir buscando um ideal de cidadania plena que parece ser inalcançável?

Há muito o que se discutir nesse campo de estudo e as reflexões acerca do tema parecem estar longe de se esgotarem. Entretanto, as falas sobre experiência no movimento ambientalista são concretas e dão pistas sobre possíveis respostas. Escutar pessoas que dedicaram suas vidas a essa causa aparentemente é uma estratégia útil para se aproximar de algumas respostas, ainda que contrapontos bibliográficos e mesmo pessoais do pesquisador se atravessem na análise dos resultados obtidos.

Porém, o ambientalismo segue existindo e fazendo parte da vastidão de movimentos que se desenrolam no Brasil e tem se incluído em discussões sobre um modelo perfeito de país e sociedade. No Rio Grande do Sul, a historicidade do movimento encanta e ao mesmo desperta reflexões sobre a grande modificação que ele sofreu desde seu surgimento e coisas que pareciam ser coerentes em uma época, tornam-se incoerente em outra e vice-versa. Lidar com a história exige se aproximar de um olhar de um período do tempo que não condiz em muitas facetas com o presente.

O ambientalismo gaúcho segue evoluindo e achando formas de se propagar. Novos movimentos modernos estão surgindo no Rio Grande do Sul e trabalhos que visem analisá-los são interessantes de serem realizados. O tema da cidadania e sua relação com o ambientalismo possui o potencial de firmar laços de apoio de luta conjunta.

O potencial transformador da atuação no ambientalismo e o educativo que é se participar de um movimento como esse também são temas caros à questão ambiental. A transformação de visão de mundo ocorre, e isso parece ser um fato. Uma das perguntas aos

entrevistados neste trabalho foi que mudança na percepção entre ser humano e natureza ocorreu após ingressar na militância ambiental. Uma resposta foi bastante interessante.

Eu cada vez mais me dou conta que não existe a separação entre ser humano e natureza, a cultura, tudo isso tá junto. [...] Então a gente tem que desconstruir essa separação e tem que nos integrarmos novamente e tentar enxergar de que maneira a gente tá integrado com a natureza. Que não seja um discurso vazio, panfletário, mas que seja uma coisa mais de uma construção de ética, de uma coisa de outro olhar (Brack).

A visão de integração entre ser humano e natureza e respeito mútuo entre ambos parece ser uma pauta comum a todos os ambientalistas. É uma atitude cidadã, seja entendendo as leis e contribuindo para seu aperfeiçoamento, seja estando em movimentos sociais e se alinhando a ideias ambientalistas, seja agindo em espaços educativos, dentre outros, parece ser uma contribuição valiosa para atingir esse ideal.

Os militantes de entidades ambientalistas gaúchas parecem perceber o exercício da prática da cidadania no que concerne ao ambientalismo a partir de um engajamento em ações coletivas que busquem proteger a natureza ou, sob uma outra perspectiva, promover uma relação equilibrada entre o atual modo de vida predominante entre as pessoas com o ambiente natural no qual elas e demais espécies estão inseridas. Espaços educativos e influências de militantes do passado parecem ser componentes que influenciam muito essa sensibilização à causa ambientalista que provoca comprometimento em agir em prol de certos ideais de defesa da natureza.

Posicionar-se frente a determinadas frentes é visto como necessário pelo movimento, sempre procurando manter sua autonomia, apesar da miscelânea de formas de ação e parcerias que o ambientalismo toma. Algumas questões centrais, como o alinhamento aos direitos humanos e o apoio a causas socioambientais parecem satisfazer mais os ideais do ambientalismo gaúcho atual do que o enquadramento em espectros políticos de “direita”, “esquerda”, “centro”, ainda que muitas pautas ambientalistas se alinhem, mesmo que de modo distante, com pautas defendidas pela esquerda no Brasil. Uma crítica ao modelo capitalista hegemônico aparece como uma pauta pertinente ao ambientalismo e tema sobre o qual o movimento costuma fazer críticas com o objetivo de pensar em um modelo de desenvolvimento ideal.

Aparentemente não existe uma relação entre a atuação da luta ambientalista e a redução na desigualdade de gênero dentro do movimento em núcleos da luta ambiental. É

trazido pelas pessoas entrevistadas que homens costumam ser mais lembrados e reconhecidos, bem como exercerem papéis de liderança dentro do ambientalismo. Em estudos futuros, é necessário que mais mulheres que compõem o ambientalismo gaúcho (institucionalizado ou não) sejam entrevistadas e/ou tenham sua trajetória analisada.

A veiculação de pautas ambientalistas na mídia está cada vez menor no Brasil se comparada a todo o destaque que teve durante o regime militar. O corporativismo dos grandes canais veiculadores de informações no Brasil é apontado como o maior entrave para a divulgação do trabalho de entidades ambientalistas, bem como das críticas e propostas do movimento. O alinhamento com a população, em ações feitas em comunidades com necessidades socioambientais tem sido uma ação executada com mais frequência com o intuito de se aproximar de pautas caras a esses grupos e promover uma divulgação de pautas ambientalistas que se relacionem com tais necessidades.

Há um consenso de que a atuação no ambientalismo gaúcho permite que se compreenda melhor como a lei ambiental é de fato aplicada não apenas no Rio Grande do Sul e municípios, mas também a nível nacional. O que não apresenta consenso são as formas de ação que o movimento deve tomar para atingir seus objetivos. Enquanto algumas aparentam ser unanimemente vistas como efetivas (protestos pacíficos, ações diretas coletivas, ações junto a comunidades), outras possuem visões antagônicas entre ambientalistas. Exemplos disso são a educação ambiental que, idealmente é entendida como indispensável, mas nos moldes atuais não é vista como efetiva no que se propõe a trabalhar, e a participação em conselhos ligados ao meio ambiente que, mesmo se configurando como espaços heterogêneos, possuem a pauta ambientalista como minoria majoritariamente. Assim, existem diferentes perspectivas se atuar em conselhos é apenas uma perda de tempo frente a ações consideradas mais efetivas, ou se a presença do ambientalismo nestes locais é fundamental para que sempre haja o debate dentro do conselho e as decisões não sejam unânimes.

As pessoas entrevistadas neste trabalho foram militantes com notório destaque no ambientalismo gaúcho. Para uma pesquisa futura que busque analisar mais intrinsecamente a relação e percepção entre ambientalismo e cidadania dentro do movimento, é interessante que outras pessoas que não tenham tanta visibilidade também sejam entrevistadas e tenham suas compreensões levadas em conta. Componentes de movimentos socioambientais ou que realizam ações ambientalistas sem estarem ligados a nenhuma entidade também podem apresentar-se como sujeitos chave para um enriquecimento dessa discussão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Eliana. **O que é preciso para exercer bem os direitos da cidadania**. Publicado em: 21/11/2016. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/o-que-e-preciso-para-exercer-bem-os-direitos-de-cidadania/>>, acesso em 12 de novembro de 2018.

AUGUSTO, Janaina da Silva. **José Antonio Lutzenberger: trajetória de vida, obra e contribuição para a causa ambiental no Brasil**. 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Arte e História da Cultura, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

BAUER, Martin W & GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. 516 p.

BENJAMIN, Antônio Hermand e Vasconcellos. **A implementação da legislação ambiental: o papel do Ministério Público**. Tese apresentada no “Congresso Nacional do Ministério Público”. Salvador, set. 1992.

BONES, Elmar & HASSE, Geraldo. **Pioneiros da Ecologia: Breve História do Movimento Ambientalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: JA Editores, 1ª ed, p. 214, 2002.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.205-227, jan/abril. 2004.

BURSZTYN, Marcel. Meio ambiente e interdisciplinaridade: desafios ao mundo acadêmico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p.67-76, jul/dez. 2004

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 15, n. 43, p. 207-224.

CARNEIRO. **A História do Ambientalismo**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2ª ed, p.128, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez Editora, 4ª ed, p. 256, 2008a.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 237, 2008b.

COLETIVO A CIDADE QUE QUEREMOS. **Objetivos do Coletivo**. Disponível em: <<https://coletivocidadequequeremos.wordpress.com/objetivos-do-coletivo/>>, acesso em 20 de novembro de 2018.

COLETIVO AMBIENTE CRÍTICO. **O Coletivo**. Disponível em: <<https://coletivoambientecritico.wordpress.com/ocoletivo/>>, acesso em 20 de novembro de 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. *In Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social.*, ano 2, n. 3. 2005.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110. 2004

DREYER, Lilian. **Borregaard: um marco na luta ambiental no Rio Grande do Sul.** Publicado em: 2011. Disponível em: <<https://poavive.files.wordpress.com/2011/04/borregaard-lilian-dreyer.pdf>>, acesso em 07 de agosto de 2018.

ECOAGÊNCIA. **Pampa: um bioma ameaçado.** Publicado em: 25/03/2010. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRFWWNIUspFWOdVMXJ1aKV VVB1TP>>, acesso em 15 de novembro de 2018.

FOLLADORI, Guillermo. O capitalismo e a crise ambiental. **Revista Outubro**, n. 4, p.117-125, 2001.

FRANCO, José Luiz de Andrade, DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e Identidade Nacional no Brasil: anos 1920- 1940.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

FURRIELA, Rachel Biderman. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 1ª ed, 194p. 2002

G1. **Justiça mantém suspenso o licenciamento ambiental para usina hidrelétrica no Noroeste do RS.** Publicado em: 29/08/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/justica-mantem-suspenso-o-licenciamento-ambiental-para-usina-hidreletrica-no-noroeste-do-rs.ghtml>>, acesso em 20 de novembro de 2018.

G1. **Justiça do RS revoga decreto que extinguiu Fundação Zoobotânica.** Publicado em: 19/10/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/10/19/justica-do-rs-revoga-decreto-que-extinguiu-fundacao-zoobotanica.ghtml>>, acesso em 10 de novembro de 2018.

GAÚCHA ZH. **Câmara derruba veto e permite carrinhos de catadores até 2020.** Publicado em: 07/08/2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/08/camara-derruba-veto-e-permite-carrinhos-de-catadores-ate-2020-9864105.html>>, acesso em 20 de novembro de 2018.

GERHARDT, Marcos. **Um olhar sobre a história dos movimentos ecologistas do Rio Grande do Sul.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Paulo, julho de 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308137853\\_ARQUIVO\\_ecologistas-rs-final.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308137853_ARQUIVO_ecologistas-rs-final.pdf)>, acesso em 24 de abril de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., p. 201, 2008.

IBGE. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2016.** Publicado em: 21/02/2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101543.pdf>>, acesso em 29 nov. 2018.

IBGE. **Mapa de Biomas do Brasil, primeira aproximação.** Publicado em: 2004. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Cartas\\_e\\_Mapas/Mapas\\_Murais/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Cartas_e_Mapas/Mapas_Murais/)>, acesso em 15 de novembro de 2018.

INGÁ. **Conheça o InGá.** Publicado em 2015. Disponível em: <[ingagestao.org.br](http://ingagestao.org.br)>, acesso em 10 de novembro de 2018.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p.31-64, jan/jun. 2006.

LOSEKANN, Cristiana. **Ambientalistas em movimento no Brasil:** entrelaçamentos e tensões entre o estado e a sociedade durante o Governo Lula. 1ªed. Curitiba: Editora Appris, p. 278, 2014.

MACAGNO, Lorenzo. Cidadania e cidade (aventuras e desventuras do multiculturalismo). **Espaços & Debates**, São Paulo, v. 23, n. 43-44, p. 51-59, 2003.

MARTINS, Marcos Francisco. Uma "catarsis" no conceito de cidadania: do cidadão cliente à cidadania com valor ético-político. **Revista Ética**, Campinas, v. 2, n. 2, p.106-118, jul/dez. 2000

MMA. **Conceitos de Educação Ambiental.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>, acesso em 20 de novembro de 2018.

MP-RS. **Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.** Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/areas/ambiente/paginas/1821/>>, acesso em 20 de novembro de 2018.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira. Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p.751-777. 2008.

PEREIRA, Elenita Malta. Da proteção à natureza ao desenvolvimento sustentável: a defesa ambiental no Rio Grande do Sul. **Tempos Históricos**, Cascavel, vol. 15, p. 117-115, 2011.

PEREIRA, Elenita Malta. Movimentos Ambientalistas no Rio Grande do Sul (Décadas 1970-1980). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.21-42, jan/jun. 2018.

PILLAR, V.P. et al. **Campos Sulinos: Conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília: MMA, p. 408, 2009.

RODRÍGUEZ, Marta Pascual & LÓPES, Yayo Herrero. Ecofeminismo, una propuesta para repensar el presente y construir el futuro. **Boletín ECOS**, n. 10, p. 1-7, jan/mar. 2010.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **A pedagogia de Paulo Freire inserida no contexto dos movimentos sociais**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, 3., 2001, Recife. Anais... Recife - PE: Editora UFPB, 2001. p. 376-383. (Coleção Colóquios Internacionais Paulo Freire: Pedagogia e Reinvenção da Sociedade).

SUL 21. **A coragem alheia de Magda que o jornalismo tanto usou. Ou o insulto à memória das pioneiras ecologistas do RS**. Publicado em: 18/10/2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/andre-pereira/2016/10/a-coragem-alheia-de-magda-que-o-jornalismo-tanto-usou-ou-o-insulto-a-memoria-das-pioneiras-ecologistas-do-rs/>>, acesso em 12 de novembro de 2018.

SUL21. **Operação prende manifestantes e começa a derrubar árvores no Gasômetro**. Publicado em: 29/05/2013. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2013/05/operacao-prende-manifestantes-e-comeca-a-derrubar-arvores-no-gasometro/>>, acesso em 21 de novembro de 2018.

URBAN, Teresa. **Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, p.178, 2001.

VIOLA, Eduardo J. & NICKEL, James W. Integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente: lições do Brasil. **Novos Estudos**, n. 40, p.171-184, nov. 1994.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Selbach, 1993. 3a ed. 487p.

ZAKRZEWSKI, Sônia & SATO, Michèle. Revisitando a História da Educação Ambiental nos Programas Escolares Gaúchos. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, vol. 11, 2006.

## **ANEXO 1 – Roteiro da entrevista semiestruturada**

1. Há quanto tempo tu militas na causa ambiental? Como foi tua aproximação com o movimento?
2. O que te levou a iniciar a militância ambiental no Rio Grande do Sul? Cita algum fato/evento que te influenciou.
3. Tu tiveste o hábito de ler produções de gaúchos ambientalistas? Houve algum que te inspirou?
4. O movimento ambientalista gaúcho historicamente não é diretamente ligado a nenhum partido e, alguns de seus expoentes, como José Lutzenberger e Augusto Carneiro não consideram o movimento nem de “esquerda” e nem de “direita”. Como você encarava essa questão do apartidarismo e do não reconhecimento a nenhum espectro político antes e depois de ingressar no movimento? Esse tipo de autodenominação faz sentido para ti?
5. Como tu analisas essa resistência do movimento em não se associar com instituições que procuram se “promover” com a causa ambiental?
6. No Rio Grande do Sul, dentre as pessoas tidas como expoentes da causa ambiental gaúcha, estão Magda Renner, Giselda Castro e Hilda Zimmermann. Como tu vê essa questão de gênero no ambientalismo gaúcho? O movimento contribui/ contribuiu para mudar o papel da mulher no movimento ambiental?
7. Segundo Elenita Malta Pereira (2018) durante a ditadura a imprensa lançou sua atenção para a questão ambiental, por ser tratar de um tema “não subversivo”. Atualmente a causa ambiental já não recebe essa mesma atenção como ocorria com o movimento feito por seus expoentes nos anos 70. Por que o movimento não recebe mais essa atenção da mídia?
8. O movimento possui estratégias eficientes para conseguir a atenção da mídia?
9. Atuar no movimento ambientalista gaúcho faz com que seus militantes passem a entender melhor como algumas leis são tratadas pelo governo do RS do que pessoas fora do movimento? Se sim, como? (se for conveniente, perguntar por algum exemplo)
10. A participação no movimento ambientalista mudou tua concepção da relação ser humano e natureza? Pensando no movimento ambientalista gaúcho como um todo, qual visão tu achas que prevalece atualmente? (tratar de valores amplos e abstratos, se houver a possibilidade)
11. O clamor popular é uma importante ferramenta para pressionar o poder público frente a certas questões ambientais. É um dever do movimento ambientalista gaúcho atrair/instigar as pessoas a exercerem sua cidadania através da participação em decisões de que implicam em impactos significativos à natureza? Caso sim, como.

12. O que é cidadania em sua opinião? Como o movimento ambientalista gaúcho se relaciona com a formação da cidadania por parte de seus/suas integrantes?

13. Existem diferentes formas de ação para lutar por uma causa e, no caso do ambientalismo, não é diferente. Desde que começaste a atuar no ambientalismo gaúcho, como tu analisas as seguintes ações quanto à efetividade e, estando imerso no movimento, como tu praticas elas?

Em resumo: como tu vê as diferentes formas de ação na causa ambiental?

- educação ambiental; (se for conveniente, comentar aqui sobre a grande atenção que se dá a ações individuais para solucionar certos problemas ambientais)
- denúncias a instâncias públicas;
- ações diretas (ex.: caso do estudante Dayrell em 1975 que subiu em uma árvore para impedir que funcionários da prefeitura a cortassem para as obras de um viaduto na Avenida João Pessoa);
- contato direto e parcerias com representantes no poder público;
- participação em conselhos relacionados ao meio ambiente, seja o CONSEMA ou mesmo o conselho de uma unidade de conservação;
- protestos de rua pacíficos;
- ameaçar a pessoas detentoras de poder em decisões que envolvem a questão ambiental.

Existe alguma outra forma de ação que tu gostarias de adicionar?

14. [pedir recomendação por outra pessoa militante da causa ambiental gaúcha a ser entrevistada]